

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA
E EDUCAÇÃO

JUSSARA MARIA DA SILVA ROSOLEN

**UM OLHAR CRÍTICO E DIALÓGICO ENTRE A EDUCAÇÃO
PRISIONAL, O ENSINO DE CIÊNCIAS E O PREPARO DO
REEDUCANDO PARA A SUA RESSOCIALIZAÇÃO E
REINTEGRAÇÃO À SOCIEDADE**

ARARAS

2022

JUSSARA MARIA DA SILVA ROSOLEN

**UM OLHAR CRÍTICO E DIALÓGICO ENTRE A EDUCAÇÃO
PRISIONAL, O ENSINO DE CIÊNCIAS E O PREPARO DO
REEDUCANDO PARA A SUA RESSOCIALIZAÇÃO E
REINTEGRAÇÃO À SOCIEDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, ao Departamento de Ciências da Natureza, Matemática e Educação da Universidade Federal de São Carlos, Campus Araras, para obtenção do título de Mestre em Educação em Ciências e Matemática.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Sebastiani
Coorientadora: Profa. Dra. Elaine G. M. Furlan

ARARAS

2022

Rosolen, Jussara Maria da Silva

Um olhar crítico e dialógico entre a educação prisional, o ensino de ciências e o preparo do reeducando para a sua ressocialização e reintegração à sociedade / Jussara Maria da Silva Rosolen -- 2022.
101f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras Orientador (a): Renata Sebastiani

Banca Examinadora: Renata Sebastiani, Elaine Gomes Matheus Furlan, Christiana Andrea Vianna Prudêncio, Anselmo Joao Calzolari Neto Bibliografia

1. Educação prisional. 2. Ensino de ciências. 3. Pedagogia libertadora. I. Rosolen, Jussara Maria da Silva. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Helena Sachi do Amaral - CRB/8
7083

FOLHA DE APROVAÇÃO

Comissão Julgadora

Profa. Dra. Renata Sebastiani (UFSCar)

Profa. Dra. Elaine Gomes Matheus Furlan (UFSCar)

Profa. Dra. Christiana Andrea Vianna Prudêncio (UESC)

Prof. Dr. Anselmo Joao Calzolari Neto (UFSCar)

Dedicatória

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-

se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.” Paulo Freire, a quem dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Para mim, o sentimento de gratidão é o amor em palavras e pretendo deixar registrado esta demonstração nestes agradecimentos às pessoas que me ajudaram a chegar até aqui. Esta caminhada não foi fácil, estes anos da pandemia da COVID-19 deixaram marcas profundas em nossas relações interpessoais, em nossas vidas e nos ajudou a entender melhor o sentimento de solidariedade, de dedicação, daquilo que estamos fazendo aqui neste mundo, de amizade, de humildade e de empatia. E, assim, deixo registrado a minha empatia a todas as famílias enlutadas em consequência da pandemia. Vivemos momentos extremamente estressantes, e Deus coloca sempre em nossas vidas pessoas boas, com as palavras certas, na hora certa, para aliviar os momentos mais difíceis.

A gratidão maior é ao Nosso Pai Celestial, que me fez assim e nem Ele se atreveu a me mudar, ao meu esposo Júlio, que me aceitou desde do início como eu era, “vivo para o mundo”, e ele nunca quis me mudar e sempre me amou.

Aos meus filhos, Arthur e Giovanna pela paciência, por me deixar passar mais tempo estudando e escrevendo do que aproveitando a companhia deles. Vocês são os meus maiores professores da vida e os meus maiores tesouros.

Agradeço à Professora Valéria Gramasco, que me inspirou a estudar este assunto, Educação Prisional e a realizar esse trabalho.

A minha gratidão e reconhecimento à minha orientadora Prof^a Dra Renata Sebastiani que, sem as suas sábias e firmes orientações sobre Botânica, eu não teria entendido a linguagem das Ciências Naturais. Minha gratidão à minha coorientadora Prof^a Dra Elaine Gomes Matheus Furlan que, sem o seu conhecimento sobre a Educação e o cuidado com a Cultura da Educação, eu não teria chegado até aqui. Reconheço o esforço do trabalho em dose dupla em nossas reuniões, pela empatia no começo do Curso, pois as adversidades que a vida nos traz não são fáceis, mas sempre ouvi de ambas palavras motivadoras e edificantes, que me fizeram prosseguir. Agradeço profundamente a dedicação e o amor a mim dispensados.

Gratidão a todos os professores do Mestrado em Educação em Ciências e Matemática do Campus de Araras/SP da UFSCar, colaboradores e, principalmente, aos que trabalharam por trás das telas para que as aulas, encontros, seminários, conversas, reuniões pudessem acontecer.

Gratidão ao meu amigo Marcos Sorrentino, que me ensinou a ler o mundo, através da Educação, do Amor ao Planeta Terra e da Educação Ambiental, ao seu companheirismo e amizade e a suavidade da sua esposa Simone Portugal. Ao meu maior exemplo de pessoa, amiga, amorosa, o meu padrinho de casamento e dedicado à causa em que ele acreditava, Paulo Yoshio Kageyama (*in memoriam*), Paulo/PK/Paulinho para os mais íntimos, gratidão pela eternidade. Você me ensinou: “Se queres viver em paz, cumpre com a tua obra e valoriza o teu esforço e dos outros.” Eu valorizarei a nossa amizade e a tua obra para sempre.

À minha amiga/irmã, Maria Teresa Mariano, pois você sempre foi, é e será um exemplo de superação de vida, de amizade para mim e para os meus familiares. E ao nosso “Niva”, que através do seu amor e do meu aniversário, tornou-se um grande tio para os meus filhos.

Reconhecer e agradecer faz com que as pessoas saibam que elas são especiais, então, agradeço a você minha amiga/revisora/colega de trabalho, Rejane Domingues por todas as conversas, trocas de energia e a sua amizade, que levarei para toda vida.

Ao amigo que a vida me presenteou, Professor Dr. Jozivaldo Prudêncio Gomes de Moraes, pois, se eu estou aqui escrevendo estes agradecimentos, é devido a um convite informal que me fez e atraiu o meu interesse pelo Mestrado ofertado pela UFSCar/Campus/Araras. Minha eterna gratidão.

Patricia, minha companheira de trabalho, o meu muito obrigada pela parceria meiga e divertida que você me proporciona todos os dias em nosso trabalho maravilhoso.

Agradeço aos meus colegas, que se tornaram amigos, do Mestrado, pois sem vocês eu não teria conseguido.

Aos meus filhos de quatro patas (meus gatos), Dustin, Cleópatra, Manda Chuva (*in memoriam*, partiu em agosto/2021) que após 16 anos de convivência ajudou-me a ensinar aos meus filhos, amor respeito e ter cuidado um para com o outro e ao meu primogênito dos gatos, Garfield (*in memoriam*, partiu em dezembro/2021)

que após 17 anos de parceria me ensinou a ter paciência, mesmo antes de eu saber o quanto eu precisava aprender/compreender sobre essa virtude.

Agradeço, enfim, ao nosso Planeta Terra/Planeta Escola que me ensina, todos os dias, a ser um ser humano melhor e que fazer a diferença na história de vida do outro é construir a nossa própria história.

“As massas nunca se revoltarão espontaneamente, e nunca se revoltarão apenas por serem oprimidas. Com efeito, se não se lhes permitir ter padrões de comparação nem ao menos se darão conta de que são oprimidas”.

George Orwell

RESUMO

O Brasil, país com a terceira maior população carcerária do mundo, carece de reflexão, de estudo e diálogo sobre a Educação Prisional. Além disso, ainda há poucas pesquisas a respeito das práticas e teorias pedagógicas sobre este tema que é tão relevante para a construção de uma sociedade mais igualitária. As primeiras pesquisas foram motivadas pela necessidade de revisar a busca por modelos que possam despertar a conscientização do reeducando para o seu retorno à vida em sociedade. Esta pesquisa norteou-se pela metodologia de pesquisa bibliográfica qualitativa e descritiva. Elencando os conceitos advindos dos órgãos governamentais, leis, práticas e teorias para repensar a inclusão do reeducando e sua caminhada social a fim de construir um novo recomeço. Procurou-se, também, repensar a Educação de Jovens e Adultos no contexto prisional, que desperta e estimula a criticidade do reeducando. Objetivou-se com a pesquisa demonstrar como a educação pode romper com o este ciclo da criminalidade, ajudando a quebrar e ajudar na ressocialização e a reintegração social, proporcionando às pessoas que cumprem pena no sistema prisional oportunidades concretas de reescrever a sua própria trajetória de vida. Assim, refletiu-se sobre como a Educação Prisional, empregada no sistema carcerário, transforma e inclui esse sujeito/reeducando na sociedade e também como a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire motiva o resgate do sentimento de pertencimento, de retorno à família, e do papel de ressocialização e reintegração do reeducando na sociedade. Também é fundamental compreender os desafios da criação de projetos e ações para a conscientização do reeducando/sujeito como um ser social e global, dessa forma, os estudos selecionados foram analisados a partir do uso dos conceitos da Pedagogia Libertadora - embasados na Pedagogia Freireana. A partir desta pesquisa no Portal Capes e no Google Acadêmico foram encontrados apenas dez artigos publicados nos últimos dez anos sobre a Educação Prisional e o Ensino de Ciências, os quais nem todos trazem aspectos referentes ao diálogo, à transformação social e à problematização preconizados por Paulo Freire. Assim, reconheceu-se ainda um longo caminho para uma ressocialização mais efetiva e também uma oportunidade de novos estudos a respeito da contribuição do Ensino de Ciências nesse sentido.

Palavras-chave: Educação Prisional; Ensino de Ciências; Pedagogia Libertadora; Ressocialização; Reintegração.

ABSTRACT

Brazil, the country with the third largest prison population in the world, lacks reflection, study and dialogue on Prison Education. In addition, there is still little research on pedagogical practices and theories on this topic that is so relevant to the construction of a more egalitarian society. The first researches were motivated by the need to review the search for models that can raise the awareness of the reeducated for their return to life in society. This research was guided by the methodology of qualitative and descriptive bibliographic research. Listing the concepts arising from government agencies, laws, practices and theories to rethink the inclusion of reeducating and their social journey in order to build a new beginning. It was also sought to rethink the Education of Youth and Adults in the prison context, which awakens and stimulates the criticality of the reeducated. The objective of the research was to demonstrate how education can break this cycle of crime, helping to break and help in resocialization and social reintegration, providing people serving time in the prison system with concrete opportunities to rewrite their proposed life trajectory. Thus, it was reflected on how Prison Education, used in the prison system, transforms and includes this subject/re-educating in society and also how Paulo Freire's Liberating Pedagogy motivates the rescue of the feeling of belonging, of returning to the family, and of the role of re-socialization and reintegration of the re-educated in society. It is also essential to understand the challenges of creating projects and actions for the awareness of the reeducating/subject as a social and global being, in this way, the selected studies were analyzed from the use of the concepts of Liberating Pedagogy - based on Freirean Pedagogy. From this research on Portal Capes and Google Scholar, only ten articles published in the last ten years on Prison Education and Science Teaching were found, which not all bring aspects related to dialogue, social transformation and problematization advocated by Paulo Freire. Thus, it was still recognized a long way for a more effective resocialization and also an opportunity for new studies regarding the contribution of Science Teaching in this sense.

Keywords: Prison Education; Science Teaching; Paulo Freire's Pedagogy, Resocialization; Reintegration.

LISTA DE ABREVIações

CCIN: Centro de Convivência Infantil - “Ermelinda Ottoni de Souza Queiroz”;
CEB: Conselho de Educação Básica;
CEE: Conselho Estadual de Educação
CNE: Conselho Nacional de Educação;
CNJ: Conselho Nacional de Justiça;
CNPCC: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;
CTS: Ciência, Tecnologia e Sociedade;
DEPEN: Departamento Penitenciário Nacional;
EJA: Educação de Jovens e Adultos;
ENCCEJA: Exame Nacional de Certificação de Competências da Educação de Jovens e Adultos;
ESALQ: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz;
FUNAP: Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” de Amparo ao Preso;
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
ISCA: Instituto Superior de Ciências Aplicadas;
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação;
LEP: Lei de Execução Penal;
PES: Programa de Educação para Saúde;
PPL: Pessoas em Privação de Liberdade;
ONU: Organização das Nações Unidas;
SAP: Secretaria de Administração Penitenciária;
SEE: Secretaria Estadual de Educação;
SODEMAP: Sociedade do Meio Ambiente de Piracicaba;
UNIMEP: Universidade Metodista de Piracicaba.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução da população carcerária brasileira.....	37
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Legislação nacional vigente relacionada à educação no Sistema Prisional/Embasamento para a Educação Prisional.....	33
Quadro 2: Conceitos para analisar os trabalhos selecionados, partindo da Pedagogia Libertadora.....	50
Quadro 3: A correlação da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire com a Educação no Sistema Prisional.....	53
Quadro 4: Relação dos artigos selecionados para análise com base nos descritores utilizados no Google Acadêmico.....	61
Quadro 5.1: Percepções da pesquisadora sobre o artigo de de Medeiros Jr. (2021) com relação aos conceitos da Pedagogia de Paulo Freire.....	66
Quadro 5.2: Percepções da pesquisadora sobre o artigo de de Medeiros Jr. (2021) com relação aos três eixos da Alfabetização Científica, de Sasseron (2015).....	66
Quadro 6.1: Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Lourenço e Barros (2015) com relação aos conceitos da Pedagogia de Paulo Freire...	68
Quadro 6.2: Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Lourenço e Barros (2015) com relação aos três eixos da Alfabetização Científica, de Sasseron (2015).....	69
Quadro 7.1: Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Barros e Lourenço (2016) com relação aos conceitos da Pedagogia de Paulo Freire...	71
Quadro 7.2: Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Barros e Lourenço (2016) com relação aos três eixos da Alfabetização Científica, de Sasseron (2015).....	72
Quadro 8.1: Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Melo, Souza e Contente (2015) com relação aos conceitos da Pedagogia de Paulo Freire.....	74

Quadro 8.2: Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Melo, Souza e Contente (2015) com relação aos três eixos da Alfabetização Científica, de Sasseron (2015).....	75
Quadro 9.1: Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Leite <i>et al.</i> (2016) com relação aos conceitos da Pedagogia de Paulo Freire.....	76
Quadro 9.2: Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Leite <i>et al.</i> (2016) com relação aos três eixos da Alfabetização Científica, de Sasseron (2015).....	78
Quadro 10.1: Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Versolato, Alves e Izidoro (2020) com relação aos conceitos da Pedagogia de Paulo Freire.....	79
Quadro 10.2: Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Versolato, Alves e Izidoro (2020) com relação aos três eixos da Alfabetização Científica, de Sasseron (2015).....	83
Quadro 11.1: Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Lourenço e Barros (2020) com relação aos conceitos da Pedagogia de Paulo Freire.	82
Quadro 11.2: Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Lourenço e Barros (2020) com relação aos três eixos da Alfabetização Científica, de Sasseron (2015).....	83
Quadro 12.1: Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Oliveira, Silva e Almeida (2019) com relação aos conceitos da Pedagogia de Paulo Freire.....	84
Quadro 12.2: Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Oliveira, Silva e Almeida (2019) com relação aos três eixos da Alfabetização Científica, de Sasseron (2015).....	86
Quadro 13.1: Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Moraes e dos Santos (2021) com relação aos conceitos da Pedagogia de Paulo Freire.....	88

Quadro 13.2: Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Moraes e dos Santos (2021) com relação aos três eixos da Alfabetização Científica, de Sasseron (2015).....	89
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	20
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	26
2.1 Educação no interior das instituições prisionais.....	26
2.2 Ressocialização e Reintegração.....	35
2.3 Pensando a Educação Prisional sob a Perspectiva da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire	40
2.4 A Correlação entre Paulo Freire, Educação Prisional, Ensino de Ciências e a Alfabetização Científica	54
3. METODOLOGIA.....	59
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	63
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
6. REFERÊNCIAS.....	97

MOTIVAÇÃO PESSOAL

Jussara Rosolen é o meu nome. Nasci em Piracicaba, interior do Estado de São Paulo, e narro aqui um pouco da minha trajetória, não com a intenção de criar uma *persona* positiva, mas porque, com esta pesquisa por mim realizada, compreendi que minha história de vida se conecta com a dissertação proposta, uma vez que a educação já fazia parte das minhas brincadeiras de infância e adolescência. Folguedos infantis criados com giz, lousa e bonecas, as “alunas” imaginadas que eu inventava já eram o prenúncio de que a educação chegara para ficar em minha vida.

Desde 1988, atuo como professora, pois, quando cursava o Magistério, fazia estágio na educação básica, ou seja, no Fundamental I, e, assim, comecei a substituir alguns professores na Escola Estadual de 1º e 2º Graus “Monsenhor Jerônimo Gallo”, em Piracicaba. E foi nessa época que me apresentaram com a obra do professor e escritor Paulo Freire: “A Pedagogia do Oprimido”. Confesso que, até então, não havia relacionado a minha atuação com a política educacional e não enxergava que a educação era um ato político. Porém, uma das ideias que ele apontava nessa obra – humanizar a nós mesmos e aos outros, suprimindo a opressão e ampliando as possibilidades de liberdade – tocou-me e não me abandonou mais, apesar de não visualizar ao certo uma prática eficiente para tal.

Na verdade, um pouco antes, mais precisamente no período de 16 de janeiro de 1986 até 15 de dezembro de 1988, eu já atuava na área de educação infantil, embora não como professora ou estagiária. Trabalhava no Centro de Convivência Infantil “Ermelinda Ottoni de Souza Queiroz” (CCIN), na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), Piracicaba, após aprovação em concurso público. Nesta instituição, a educação pulsou mais forte em mim e seguir o seu caminho foi muito natural, afinal, desde os 16 anos, participei de movimentos para a preservação do meio ambiente, através de mecanismos educacionais.

Também fui sócia-fundadora da Sociedade do Meio Ambiente de Piracicaba (SODEMAP), época em que compartilhei muitas experiências sociais, educacionais e econômicas. Também colaborei na construção de políticas públicas junto a pessoas engajadas na causa da restauração da mata nativa de Piracicaba, externando preocupação com os moradores/ribeirinhos que viviam do que retiravam do Ribeirão Piracicamirim, afluente do Rio Piracicaba.

Nesse sentido, ao participar de um projeto que propunha a união dos ribeirinhos com o meio ambiente - conduzido e orientado por Paulo Kageyama e Marcos Sorrentino, ambos professores da ESALQ - tive uma experiência inesquecível: em certa ocasião, construímos uma rampa de acesso a um ponto da margem do rio para a filha cadeirante de um morador/ribeirinho, pois nos informaram que ela gostava de observar as águas, principalmente quando o rio estava cheio. Assim, refletindo, tempos depois, percebi que já vivenciava atitudes de inclusão, sem ao menos falar sobre a causa inclusiva. Certamente foi desse modo que aprendi que a tal inserção engloba toda a sociedade.

Ao iniciar o curso de Pedagogia na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) e fundá-lo no Instituto Superior de Ciências Aplicadas (ISCA), também comecei a ministrar aulas em bairros periféricos da cidade e, em diversas ocasiões, fui solicitada a orientar alunos sobre como lidar com problemas familiares recorrentes naquelas comunidades. Dessa maneira, aproximava-me de situações muito opressivas nos núcleos familiares e que desencadeavam problemas, os quais comprometiam o processo educacional, fortalecendo a opressão.

Ainda lecionei como professora substituta na Escola Estadual de 1º e 2º Graus “Hélio Penteado de Castro”, em Piracicaba. As aulas eram de Ciências, para os 6ºs anos, e eu sempre buscava ser uma provocadora de perguntas e reflexões referentes aos assuntos do cotidiano dos alunos, tais como: drogas lícitas e ilícitas, falta de água encanada, ausência de esgoto, saúde, segurança, dentre outros problemas que faziam parte da vida cotidiana deles. Tentava, de modo simples, apontar que a educação poderia auxiliá-los a compreender a estrutura social e a estabelecer posicionamentos sobre direitos e deveres.

Em agosto de 1990, fui convidada a estudar em Boston, por meio de um intercâmbio patrocinado pelo Rotary Club e lá fiquei por dois anos e meio. Dessa forma, estabeleci contato com crianças que apresentavam dificuldades de aprendizagem e duas crianças com Autismo, porém o Transtorno do Espectro Autista não era estudado e nem tão conhecido como é atualmente.

De volta ao Brasil, em 1995, abri uma Escola de Educação Infantil chamada “Big-Bird”, a qual recebia crianças de quatro meses a seis anos de idade. Foi a primeira Escola de Educação Infantil de Piracicaba a atender duas crianças com o

Transtorno do Espectro Autista, o que me motivou a buscar mais conhecimentos a respeito de inclusão e adaptações curriculares.

Enfim, a vida prosseguiu: eu me casei, tive dois filhos e continuei envolvida com a inclusão escolar e com assuntos ligados ao meio ambiente. Trabalhei como Coordenadora Pedagógica e como Diretora em Colégios particulares, em Piracicaba, e assim a inclusão tornou-se uma atividade do meu dia a dia. Atualmente, tenho sociedade em uma clínica e atuo como Psicopedagoga; desse modo, lido com crianças com necessidades educacionais especiais, tais como: Dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, Transtorno do Espectro Autista, Síndrome de Down, além de defasagens ou outras dificuldades de aprendizagem.

Então, em uma dessas inexplicáveis situações da vida, conheci a professora Valéria Gramasco (esta consentiu, por meio de comunicação pessoal, a sua identificação), que, à época, lecionava Língua Portuguesa na Penitenciária de Piracicaba. Envolvi-me com seus relatos e experiências, sentindo necessidade de compreender mais. Assim, diante das inquietações que foram surgindo, advindas das minhas reflexões, vislumbrei um campo ideal para realizar o presente trabalho de pesquisa e, conseqüentemente, abrir a possibilidade de verificar uma inclusão mais real e verdadeira, pois, ao reconhecer nos sujeitos/reeducandos o ser humano que existe em todos, senti despertar em minha consciência o ideal de fazer a diferença, por meio da educação, principalmente, em salas/celas de aula.

Logo, ao compreender o trabalho executado pela professora Valéria, naquele espaço, desejei entender melhor e verificar como se desenvolve a Educação Prisional, na prática cotidiana, além do que foi relatado por uma docente, que vivenciou por vários anos o privilégio de muitos aprendizados, conforme apontado pela professora, em seus emocionantes relatos.

E, assim, neste processo de autocrescimento, enquanto profissional da educação, percebi que ensinar é um ato inclusivo, mas confesso que não tinha a dimensão de que a Educação Prisional também é uma prática de inclusão, de inserção constante e de preparo do reeducando para o seu regresso à vida em sociedade.

1. INTRODUÇÃO

Diante do tema “Educação Prisional” e da intrínseca ligação deste com a ideia de opressão e ressocialização, esta pesquisadora estabeleceu uma analogia com a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, em que o despertar, por meio do Ensino de Ciências, seria um caminho de reintegração e ressocialização do reeducando. Assim, esta pesquisa buscou demonstrar a correlação entre o diálogo e a transformação do sujeito, proposto por Paulo Freire, por intermédio da educação no contexto prisional.

Esses aspectos começaram a despertar as inquietações e reflexões desta pesquisadora sobre como este trabalho poderia auxiliar tal processo para além das práticas docentes. Dessa maneira, paulatinamente, mergulhou-se em algumas leituras preliminares, conversando com professores e pesquisadores, estudando sobre a temática e, a partir disso, foi possível compreender a realidade do processo de ensino-aprendizagem proposto por Paulo Freire:

Ao educador democrata lhe cabe também ensinar, mas, para ele ou ela, ensinar não é este ato mecânico de transferir aos educandos o perfil do conceito do objeto. Ensinar é sobretudo tornar possível aos educandos que, epistemologicamente curiosos, vão se apropriando da significação profunda do objeto somente como, apreendendo-o podem aprendê-lo. Ensinar e aprender para o educador progressista coerente são momentos do processo maior de conhecer (FREIRE, 2003, p. 70).

O que Freire (2003), em outras palavras, propõe aos educadores democráticos é que, sendo eles os responsáveis pelo ensino, devem entender o conceito de ensinar não como um ato mecânico de transferência de conhecimento. Acima de tudo, o ensino deve permitir que os educandos exerçam e agucem a curiosidade, comecem a construir um sentido profundo e de entendimento apropriado do objeto estudado, porque podem aprendê-lo e internalizá-lo, ou seja, compreender o mundo e não somente estar no mundo.

Nessa perspectiva, pensar sobre como se aprende e se ensina em um contexto diverso, pouco discutido socialmente, foi levando a outras inquietações e motivações para querer saber mais sobre o sistema educacional e especialmente o contexto prisional. Dessa forma, a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire foi de extrema importância para esta pesquisa, cujo ponto culminante está em sua expressão do ensino humanizado, pois, por meio deste, busca-se aumentar a conscientização dos oprimidos para que tomem consciência e sejam combativos

frente à exploração do sistema capitalista. Assim, ao se afirmar como a Pedagogia da Resistência, solicita-se a aplicação dos direitos e deveres das instituições para com cada cidadão do País, estabelecendo uma luta contra a opressão do sistema social e político, bem como contra a educação de reprodução comum em uma sociedade desigual.

Não haveria oprimidos, se não houvesse uma relação de violência que os conforma como violentados, numa situação objetiva de opressão. Inauguram a violência os que oprimem, os que exploram, os que não se reconhecem nos outros; não os oprimidos, os explorados, os que não são reconhecidos pelos que os oprimem como outro. Inauguram o desamor, não os desamados, mas os que não amam, porque apenas se amam (FREIRE, 2003, p. 42).

A vida diária em uma instituição de privação de liberdade é caracterizada por sua complexidade e seu envolvimento marcado por situações particulares (ONOFRE, 2015). E, quando se fala de Educação Prisional, a reação de muitas pessoas à existência de uma escola para presos é de espanto e repulsa por considerarem a Educação Prisional um benefício ou privilégio não merecido. (MELLO; ALVES, 2017).

Entretanto, na Pedagogia Libertadora, explora-se o sentido da educação para/com e no reeducando, buscando proporcionar a esperança de uma vida melhor, de um trabalho digno e a ideia de pertencimento a uma sociedade inclusiva a fim de que ele se sinta parte dela.

Se o diálogo é o encontro dos homens para ser mais, não pode fazer-se na desesperança. Se os sujeitos do diálogo nada esperam do seu que fazer, já não pode haver diálogo. O seu encontro é vazio e estéril. É burocrático e fastidioso (FREIRE, 2003, p. 82).

Nesse contexto, o reeducando prepara-se para os desafios da sociedade, por meio de sua própria história de vida, o que se reflete na prática educativa do pensamento dialógico proporcionada pela Educação Prisional. Dessa forma, por meio de ações problematizadoras, os reeducandos serão inspirados a novos desafios e compreensões de mundo e também refletirão sobre a atuação “daqueles que se empenham em se tornar sujeitos históricos” (FREIRE, 1996, p. 60). É preciso orientar, ensinar e cultivar a consciência crítica a fim de que se estabeleçam cidadãos exercendo de fato a cidadania.

Ainda com relação à educação em ambientes de privação de liberdade, as referências e pesquisas que tratam deste assunto ainda são escassas, especialmente quando se trata de educação científica (TAVARES, 2019). E, segundo Bernardo, Borges e Araújo (2021), o conhecimento e a implementação de projetos educacionais com ênfase nesta questão ainda é raro e carece de trabalhos com foco constante no

contexto da Educação Prisional.

Nesse escopo, vale ressaltar que o ensino ministrado aos reeducandos no ambiente prisional insere-se no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma vez que se destina àqueles que não terminaram seus estudos na idade regular. O direito à educação está associado aos direitos humanos fundamentais e à cidadania, com o propósito de inserir o indivíduo na vida ativa da sociedade, mediante o preparo do estudante, a fim de que se qualifique para o mercado de trabalho, provendo, com isso, o seu sustento e o de sua família. Infelizmente, para a sociedade, a educação na prisão permanece invisível (CAMPOS; ROSA, 2020).

A Educação Prisional, portanto, constitui um campo propício para a pesquisa científica, com preocupações sobre as diversas áreas de conhecimento, dentre elas aspectos sobre o Ensino de Ciências e as possíveis relações com a Pedagogia proposta por Freire, considerado um dos mais importantes pensadores da pedagogia mundial e que, graças ao método de alfabetização por ele criado, dentre outros de seus muitos predicados, foi elevado ao *status* de Patrono da Educação Brasileira.

Esta superação não pode dar-se, porém, em termos puramente idealistas. Se se faz indispensável aos oprimidos, para a luta por sua libertação, que a realidade concreta de opressão já não seja para eles uma espécie de “mundo fechado” (em que se gera o seu medo da liberdade) do qual não pudessem sair, mas uma situação que apenas os limita e que eles podem transformar, é fundamental, então, que, ao reconhecerem o limite que a realidade opressora lhes impõe, tenham, neste reconhecimento, o motor de sua ação libertadora (FREIRE, 2003, p. 35).

Desse modo, esta pesquisa se apoia no fundamento da inclusão, por meio da Educação Prisional, englobando o reeducando como sujeito construtor da sua própria história. Cabe salientar a importância da análise das práticas educacionais, decorrentes das políticas públicas implementadas no setor e, em especial, aquelas que possam direcionar novos horizontes de crescimento e de desenvolvimento de ações educativas significativas e contribuir para a ressocialização do reeducando, permitindo sua volta à convivência em sociedade.

Outro ponto importante do presente estudo consistiu em demonstrar os benefícios da interação do arcabouço legal que rege a oferta da educação, tanto a escolar como a profissionalizante, no sistema prisional. Assim, esta dissertação se propôs, por meio da revisão bibliográfica dos trabalhos selecionados, estabelecer um olhar crítico e dialógico entre a Educação Prisional, o Ensino de Ciências e o preparo

do reeducando para a ressocialização e reintegração em sociedade, com ações e práticas mais efetivas para sua consecução.

Tendo em vista o caráter ressocializador da pena e não apenas o seu aspecto punitivo, a educação pode ter, portanto, papel preponderante, transformando a realidade dos estabelecimentos prisionais, neste aspecto, atualmente bem distante do que é preconizado na legislação. Segundo estatísticas do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN, 2017), embora 51,3% da população privada de liberdade no Brasil possuam a educação básica incompleta, somente pouco mais de 10% delas frequentam atividades educacionais, não por vontade dos reeducandos, mas sim por falta de vagas nas escolas prisionais. A Constituição Federal (BRASIL, 1988) assegura o direito à educação prisional, mas, muitas vezes, isso não acontece na prática.

Sendo assim, as ações para a consecução desta pesquisa estabeleceram um paralelo entre as práticas e teorias tecidas por Freire (1987), em seu livro “A Pedagogia do Oprimido”; na obra “Medo e Ousadia – O Cotidiano do Professor”, feita por Shor e Freire (2000); e, por último, usamos outra obra de Freire (1992): “A Pedagogia da Esperança - Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido”, pois todas essas obras abordam a educação como meio de empoderamento e de libertação do ser humano.

Shor e Freire (2000) demonstram em seus diálogos a importância de popularizar a educação e de como despertar no sujeito a necessidade do sentimento de pertencimento a uma família, a uma comunidade. A importância do programa de alimentação, de trabalho, de estudo, de saúde e de viver em sociedade. Este despertar mostra-se particularmente importante para pessoas em situação de privação de liberdade, no sentido de promover a ressocialização e possibilitar a melhor compreensão de seu papel social.

Desse modo, como responsáveis pelas atuações educacionais nas unidades prisionais estão os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, com o suporte técnico e financeiro do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Educação. As Secretarias Estaduais, Municipais e Distrital de Educação associam-se e coordenam o atendimento educacional e são responsáveis pela administração penitenciária, ampliando as ações da rede pública de ensino para o sistema prisional brasileiro (DEPEN, 2017).

A Educação para Jovens e Adultos tem sua demanda aumentada continuamente, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). A Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio de 2016 apontou que 51% da população com 25 anos ou mais terminaram o ensino fundamental e somente 15% dos reeducandos concluíram o ensino superior. Além disso, nessa mesma faixa etária, a taxa de analfabetismo chegava a 7,2%, enquanto para pessoas com mais de 60 anos a taxa alcançava mais de 20% da população (BISPO, 2018). Conforme já destacado anteriormente, a Educação para Jovens e Adultos Prisional é considerada EJA, pois é voltada para atender sujeitos com idade acima dos 18 anos.

Em vista desses aspectos, através de um olhar crítico e dialógico, com base nos estudos de Paulo Freire, encaminha-se a seguinte questão de investigação: Como as pesquisas estão versando sobre a Educação Prisional, no contexto do Ensino de Ciências, focalizando aspectos de ressocialização e reintegração?

Isto posto, como objetivo geral deste trabalho, estabeleceu-se destacar o modo como os estudos abordam a Educação Prisional e o Ensino da Ciência com base nos conceitos da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, a saber: o diálogo, a problematização e a transformação social, tendo em vista a ressocialização e a reintegração do reeducando à sociedade.

A partir desse objetivo geral, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar, nos estudos selecionados, possíveis ações e práticas pedagógicas fundamentadas na perspectiva transformadora freireana;
- Verificar como a Alfabetização Científica contribui na Educação Prisional para despertar no reeducando a conscientização do sujeito biológico e social, bem como a compreensão do seu papel na sociedade.

A pesquisa justifica-se pelas práticas interventivas proporcionadas pelo conhecimento, através da Educação Prisional, do Ensino de Ciências e pela proposta da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, pois, desse modo, apontou-se o enriquecimento da formação educacional, cultural e social dos reeducandos, por meio da compreensão da Educação Prisional no contexto do sujeito social, biológico e enquanto ser histórico, possibilitando, assim, a reinserção do reeducando como um ser global para sua ressocialização e reinserção no convívio social.

O desafio atual é sugerir e desenvolver práticas e estratégias de uma Educação crítica/transformadora e de identidade do sujeito que auxiliem a reparação dos grandes danos a esses seres humanos provocados pela inércia do Estado, da sociedade, da escola e dos sistemas impostos de “cima para baixo”. “Então cabe àquele, cujo sonho político é reinventar a sociedade, ocupar o espaço das escolas, o espaço institucional, para desvendar a realidade que está sendo ocultada pela ideologia dominante, pelo currículo dominante” (SHOR; FREIRE, 2000, p. 49).

Aqui cabe enfatizar que esta breve discussão, caracterizada como introdução, procura demonstrar a relevância acadêmica desta pesquisa, além da sua importância para construção de uma sociedade mais igualitária.

Neste estudo, buscou-se identificar a importância da Educação de Jovens e Adultos Prisional, sob a perspectiva da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire e, como marco, pretendeu-se destacar a perspectiva de autonomia e de construção crítica do conhecimento. Além disso, focaliza-se, no contexto da Educação Prisional brasileira, aspectos sobre o processo de ressocialização e reintegração. Isso também foi aprofundado em uma discussão para a justificativa da pesquisa.

Logo, elenca-se o passo a passo da metodologia empregada na pesquisa, de modo a relatar o que foi possível coletar em termos de dados. Também foi abordado de que forma o Ensino de Ciências, através da Alfabetização Científica, contribui para a Educação Prisional e para a valorização da diversidade. Vale lembrar ainda que possui uma grande importância para compreender o mundo à volta e para entender as potencialidades dos aspectos sociais na ressocialização do sujeito.

Na sequência, trata-se de apresentar e discutir os resultados, a partir das análises dos trabalhos selecionados, procurando relacionar as discussões com as categorias estabelecidas por meio dos conceitos da Pedagogia de Freire (1987; 1992) e Shor e Freire (2000).

E, para arrematar, as considerações finais diante de tudo o que foi proposto, analisado e tornado objeto de reflexão, atentando para os inúmeros motivos que levaram esta pesquisadora a elaborar as análises dos trabalhos selecionados, sob a ótica da Educação Prisional e a transformação do reeducando, de acordo com a Pedagogia de Paulo Freire.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação no interior das instituições prisionais

Os reeducandos, assim como todos os demais seres humanos, têm direito à educação, posto que a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, reconhece, em seu artigo 26, o direito humano à educação e estabelece como um de seus objetivos o pleno desenvolvimento da pessoa humana e o fortalecimento do respeito aos direitos humanos. Entende-se que os direitos humanos são universais, interdependentes (todos os direitos humanos estão relacionados entre si e nenhum tem mais importância que outro), indivisíveis (não podem ser fracionados) e exigíveis frente ao Estado, em termos jurídicos e políticos (SOUZA, 2019).

A grande maioria dos reeducandos destaca não ter as mesmas oportunidades que as demais pessoas, principalmente devido à desigualdade social instalada no Brasil, o que teria feito com que eles buscassem por alternativas para obter o seu sustento e o de sua família. Essas pessoas ainda ressaltam que, pelos meios legais, não conseguiram alcançar uma oportunidade concreta e, por isso, entraram para o crime, praticando atos considerados ilícitos. Essa realidade pode ser observada em diversas regiões brasileiras, com destaque para os locais onde a desigualdade social ganha uma expressão muito grande e os impactos podem ser visualizados (ALVES, 2018).

Com base nesses dados, bem como considerando que a Educação Prisional objetiva resgatar o ensino perdido durante a idade regular, é possível entender como são importantes as políticas públicas voltadas à EJA, bem como as que dizem respeito à educação básica, para que possamos prevenir, por exemplo, números exorbitantes de evasão escolar e de analfabetismo (BESSIL; MERLO, 2017).

A EJA visa à continuidade dos estudos de jovens e adultos do Ensino Fundamental e/ou Médio, que não tiveram a oportunidade de fazê-lo na idade apropriada. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no artigo 37, explicita que os sistemas de ensino devem oferecer gratuitamente a esses jovens e aos adultos, que não finalizaram os estudos na idade correspondente, oportunidades educacionais adequadas ao seu momento, considerando as especificidades dessa população, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL,

1996). A lei também garante que a EJA deve articular-se com a educação profissional, ensino esse voltado a pessoas acima de dezoito anos de idade (DULLIUS, 2019).

As instituições penais devem apoiar os projetos inovadores na Educação de Jovens e Adultos que atendam às necessidades específicas desses estudantes, bem como estabelecer parcerias entre empregadores e os sistemas de ensino, possibilitando a compatibilização da jornada de trabalho com a oferta de cursos, consideradas as necessidades desses estudantes. Essas medidas são importantes para combater o analfabetismo e permitir o acesso às tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas; à implementação de programas de valorização e ao compartilhamento dos conhecimentos e experiência e, ainda, à inclusão nas escolas (BRASIL, 2014).

Essas decisões precisam, igualmente, ser consideradas na organização de currículos e propostas adequados às diferentes modalidades de ensino (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância), atendendo-se às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2014, p. 17).

Nessa lógica, Lucena (2014) cita um breve perfil histórico sobre a privação da liberdade de um sujeito, enfatizando que, em um passado não muito distante, a aplicação de uma pena - além da privação da liberdade - vinha associada à tortura e maus tratos de toda sorte. Ainda segundo o autor Lucena (2014), nos dias atuais, o quadro é oficialmente mais ameno, mas ainda não há saneamento básico na prisão para todos, uma cela com capacidade para três reeducandos abriga dezoito pessoas, sendo que esse tratamento se caracteriza como uma tortura, além de ferir os Direitos Humanos.

O Estado deve manter recluso o infrator, mas também é de sua competência a preservação da integridade deste. Com isso, ao recolher e receber um reeducando em um presídio, é de responsabilidade do Estado a sua segurança e também o preparo psicológico deste para a sua reinserção no meio social. Desse propósito advém a utilização da denominação onomástica de reeducandos, em vez de detentos.

Conforme a presente pesquisa, os professores podem usar as atividades e/ou práticas do Ensino de Ciências bem como a consciência da relação do sujeito biológico e do sujeito social, que existe em cada um. Desta maneira, é de se esperar que se conscientize o reeducando sobre o seu papel na sociedade. Segundo revisão

histórica de Perales (1994) sobre as atividades práticas e o Ensino de Ciências, propõe-se que os professores atribuam as seguintes funções ao ensino e à prática:

Aprendizagem do conteúdo científico; desenvolvimento intelectual e manipulativo; melhorar o pensamento criativo e de resolução de problemas; incremento na atitude científica, fazer a ciência e fazer o trabalho prático; integração no ambiente escolar (relação entre os companheiros com o professor), melhorar o clima em sala de aula e evolução da aprendizagem mais funcional e diversificada (PERALES, 1994, p. 123).

Então, através do objetivo deste estudo, é possível afirmar que tal opção de abordagem nasce de uma percepção que, apesar de empírica, é válida e merecedora de um olhar científico. Ora, se o Estado, enquanto entidade responsável por preservar a ordem e o bem-estar de todos, torna-se “colaborador” na produção do que deveria estar combatendo, é pertinente que se aborde tal questão no intuito de, ao menos, identificar os passos que conduzem a tal situação. Um exemplo da negligência do Governo é o “Massacre do Carandiru”, considerada a maior chacina planejada pelos próprios responsáveis pelo presídio, a fim de diminuir a quantidade de reeducandos, conforme apontam alguns estudos, como se segue:

Organizações de Direitos Humanos afirmam que essas características analisadas pela perícia são típicas de extermínio e mostram que os policiais não estavam atirando para se defender ou controlar a rebelião, mas com o objetivo de assassinar os detentos (PIRES; MOYA, 2019).

Desta forma, pode-se refletir sobre a necessidade de ações educativas e o quanto ainda faltam discussões no contexto da sociedade, envolvendo várias instituições, pois, a partir de uma nova realidade, o reeducando passa a ser apresentado a uma forma de organização diferente daquela que ele teria se estivesse em liberdade.

O que se entende, neste caso, é que, oficialmente, o que deve prevalecer dentro de uma unidade prisional são os ditames legais reconhecidos no cenário nacional. Entretanto, implicitamente, os que se encontram privados de sua liberdade tendem a ser apresentados a códigos de conduta e a normas criadas e ferozmente defendidas por outros reeducandos.

Enquanto recluso, o reeducando deveria ser reeducado, para que, quando tivesse cumprido a sua pena, estivesse preparado para retornar à sociedade. No entanto, ele se depara, no interior da instituição prisional, com normas criadas e defendidas por outros sujeitos em privação de liberdade e a punição para o seu descumprimento distancia-se de uma repreensão humanizada e ressocializadora.

Nos dizeres de Damázio (2010), o sistema prisional, que deveria ser um exemplo de recondução do indivíduo a um convívio social decente, tornou-se uma porta de crescimento de um poder paralelo, que se fortalece a cada dia. O que é mais interessante notar, neste caso, é que, ao ser preso por descumprir uma norma ou infringir uma lei que assegura o bem-estar de todos, o detento mostra-se com dificuldade de seguir um comportamento legal estipulado. Ainda segundo o autor, Damázio (2010), ao ser apresentado a um código de conduta, que está abertamente desvinculado de declarações, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), ele cumpre o que precisa ser cumprido e colabora com a propagação deste sistema.

Desta forma, de acordo com a compreensão de Shikida e Brogliatto (2008), é necessário que sejam observados os princípios que integram a reclusão de um sujeito. Feito isto, é pertinente que se reavalie todo o quadro que se tem, com o propósito de compreender a situação como um todo. Segundo o autor, uma análise bem feita dos passos, que conduzem o reeducando à adesão a normas mais pesadas do que as que ele tinha que cumprir estando em liberdade, precisa ser compreendida totalmente, para que, a partir deste entendimento, tenha-se a possibilidade de esboçar uma forma de combater tal embuste.

Ainda abordar-se-á o arcabouço legislativo que rege os mecanismos de funcionamento e de ensino nos estabelecimentos prisionais no âmbito nacional e, em particular, no estado de São Paulo, por ser o meu estado natal. Ademais, o patamar atual de reconhecimento, por parte de especialistas da educação prisional e das leis que a amparam, suscita as investigações, por meio deste trabalho e elenca as leis que realmente garantem e identificam um *corpus* teórico, com um caráter prevalente, que se mostra cada vez menos questionado e criticado pela nossa sociedade.

O direito à educação está associado aos direitos humanos fundamentais e ao livre exercício da cidadania para inserir o indivíduo na vida ativa da sociedade - mediante o preparo do estudante para se qualificar para o mercado de trabalho - com isso, provendo o seu sustento e o de sua família. Tal situação encontra respaldo em nossa Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, o qual estabelece que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 123).

Mais adiante, nossa Magna Carta explicita, em seu artigo 208:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; [...]

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; [...]

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente [...] (BRASIL, 1988, p. 123).

Assim, é inequívoco que aquele indivíduo que não recebeu a educação na época apropriada tem o direito de recebê-la *a posteriori* de forma gratuita, pois trata-se de um direito subjetivo, conforme reza o § 1º do artigo 208, bem como o seu não oferecimento ou oferta irregular pode acarretar crime de responsabilidade à autoridade competente.

Neste ensejo, alude-se que a educação figura como um dos direitos sociais amparados pela Carta Constitucional Brasileira, em seu artigo 6º:

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988, p. 18).

Embora a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) - Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 - não contemple especificamente a educação no sistema prisional, infere-se que ela esteja inserida no artigo 37, na seção referente à Educação de Jovens e Adultos:

Art. 37. A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, 1996, p. 37).

O ora vigente Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, supriu essa omissão da LDB, estabelecendo, em sua meta 9, a estratégia 9.8, assim redigida:

Assegurar a oferta de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração (BRASIL, 2014, p. 175).

Desta forma, asseguram-se os recursos, bem como os indicadores para a avaliação do cumprimento da meta pelos gestores responsáveis em âmbito nacional.

A Lei de Execução Penal (LEP), Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, trata, em seus artigos 17 a 21 da Seção V, da Assistência Educacional na forma de instrução escolar e profissionalizante (com modalidade específica para atender às mulheres condenadas), sendo obrigatório o ensino fundamental e, se possível, a implantação de uma biblioteca, estatuinto o seguinte:

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de primeiro grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade federativa.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art.21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos (BRASIL, 1984, p. 23).

A Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010, do Conselho Nacional de Educação, dispõe sobre a oferta de educação para jovens e adultos em privação de liberdade nos estabelecimentos penais, atribuindo a sua implementação às Secretarias Estaduais de Educação, em articulação com a Secretaria de Administração Penitenciária do respectivo Estado, assim dispendo em seu artigo 3º:

Art. 3º. A oferta de educação para jovens e adultos em estabelecimentos penais obedecerá às seguintes orientações:

I – é atribuição do órgão responsável pela educação nos Estados e no Distrito Federal (Secretaria de Educação ou órgão equivalente) e deverá ser realizada em articulação com os órgãos responsáveis pela sua administração penitenciária, exceto nas penitenciárias federais, cujos programas educacionais estarão sob a responsabilidade do Ministério da Educação em articulação com o Ministério da Justiça, que poderá celebrar convênios com Estados, Distrito Federal e Municípios (BRASIL, 2010, p. 2).

A Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1.994, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública, fixa as regras mínimas para o tratamento do preso no Brasil, regras essas que foram adotadas, considerando a recomendação do Comitê Permanente de Prevenção ao Crime e Justiça Penal das Nações Unidas, do qual o Brasil é membro. Em seus artigos 38 a 42, trata das instruções e assistência educacional, cujas disposições são bastante semelhantes àquelas da Lei de Execução Penal:

Art. 38. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso.

Art. 39. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação e de aperfeiçoamento técnico.

Art. 40. A instrução primária será obrigatoriamente ofertada a todos os presos que não a possuam.

Parágrafo Único – Cursos de alfabetização serão obrigatórios para os analfabetos.

Art. 41. Os estabelecimentos prisionais contarão com biblioteca organizada com livros de conteúdo informativo, educativo e recreativo, adequados à formação cultural, profissional e espiritual do preso.

Art. 42. Deverá ser permitido ao preso participar de curso por correspondência, rádio ou televisão, sem prejuízo da disciplina e da segurança do estabelecimento (BRASIL, 1994, p. 4-5).

No Estado de São Paulo, a Secretaria da Administração Penitenciária, criada pela Lei nº 8.209, de 04 de janeiro de 1993 (e atualizada pela Lei Complementar nº 897, de 09 de maio de 2001), com a organização constante do Decreto nº 36.463, de 26 de janeiro de 1993, é o órgão do governo estadual paulista destinado a promover a execução penal no âmbito administrativo e a proporcionar condições para a reinserção social do condenado, incluindo-se, sem dúvida, a oferta da educação, com o fim de viabilizar a almejada reinserção social do condenado à pena privativa de liberdade.

A oferta do ensino nos estabelecimentos prisionais paulistas é operacionalizada por meio de um Termo de Cooperação entre a Secretaria Estadual de Educação (SEE) e a Secretaria de Administração Penitenciária/FUNAP (SAP/FUNAP), o qual estabelece as responsabilidades e atribuições de cada pasta envolvida. A Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador (FUNAP) foi criada pela Lei nº 1.238, de 22 de dezembro de 1976, e a sua denominação foi posteriormente alterada pela Lei nº 8.643, de 25 de março de 1994, para Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" – FUNAP.

Com a finalidade de atender às Diretrizes Nacionais para a oferta de educação, em estabelecimentos penais, aprovadas pela Resolução nº 03/2009 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciário (CNPCCP) e homologadas pelo Ministério da Educação, por meio da Resolução nº 02/2010, do Conselho Estadual de Educação (CEE), foi elaborado o Plano Estadual de Educação nas Prisões.

Portanto, constata-se que o arcabouço legal, que rege a oferta da educação, tanto escolar como profissionalizante no sistema prisional, é farto, porém não vem acompanhado das medidas efetivas para colocá-lo em prática, principalmente tendo em vista o caráter ressocializador da pena e não apenas o seu aspecto punitivo, no

qual a educação pode ter papel preponderante, tornando a realidade dos estabelecimentos prisionais, neste aspecto, bem distante do preconizado na legislação.

A Educação Prisional não é um direito que alcança todos os reeducandos e não faz parte da realidade da grande maioria dos encarcerados. Nesse contexto, delinea-se uma das causas que contribuem para o retorno à criminalidade, pois o reeducando, não tendo acesso a um ensino de qualidade, reincide e volta ao crime.

No Quadro 1, apresentam-se as leis brasileiras de abrangência nacional consideradas importantes para a pesquisa bibliográfica sobre a Educação Prisional. Esta legislação ampara o oferecimento da educação nas prisões e o seu conhecimento é essencial para respaldar a produção acadêmico-científica sobre o tema, efetuada entre os anos 2011 e 2021, período de abrangência da pesquisa bibliográfica, ora proposta.

Quadro 1 - Legislação nacional vigente relacionada à educação no Sistema Prisional/Embasamento para a Educação Prisional.

LEGISLAÇÃO	DIREITOS
Lei n. 7.210/1984	Institui a Lei de Execução Penal. Prevê a assistência educacional às pessoas privadas de liberdade.
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	Estabelece a Educação como direito social universal.
Lei n. 9.394/1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Parecer CEB n.11/2000	Determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.
Resolução CNPCP n. 03/ 2009	Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação nos estabelecimentos penais.
Parecer CNE/CEB n.4/2010	Estabelece as Diretrizes nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos, em situação de privação de liberdade, nos estabelecimentos penais.
Resolução CNE/CEB n.2/2010	Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos, em situação de privação de liberdade, nos estabelecimentos penais.
Resolução CNE/CEB n.3/2010	Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de

	EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvidos por meio da Educação a Distância.
Resolução CNE/CEB n.6/2010	Reexame do Parecer CNE/CEB n.23/2008, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvidos por meio da Educação a Distância.
Decreto n. 7.626/2011	Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional.
Resolução CNE n.1/2012	Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
Recomendação CNJ n.44/2013	Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura.
Resolução CNE/CEB n. 4/2016	Estabelece as Diretrizes Operacionais Nacionais para a remição de pena pelo estudo de pessoas em privação de liberdade nos estabelecimentos penais do sistema prisional brasileiro.
Legislação sobre o Enem PPL	Exame Nacional do Ensino Médio para pessoas em privação de liberdade.
Legislação sobre ENCCEJA	Exame Nacional de Certificação de Competências da EJA para pessoas privadas de liberdade.

Fonte: Silva, Moreira e Oliveira (2016).

O Parecer CNE/CEB n.5/2015 (CNE - Conselho Nacional de Educação/CEB - Câmara de Educação Básica), apresentado no Quadro 1, que garante “remição de pena pelo estudo de pessoas em privação de liberdade no sistema prisional brasileiro”, é um incentivo para despertar o interesse do reeducando em estudar. Esse cenário pode ser considerado como uma recompensa para aqueles que aproveitam a oportunidade, obtendo redução da pena, assim auxiliando na sua reintegração na sociedade, através da educação. Aqui está explícita a análise explicativa das soluções, mostrando a lei incentivando o ensino e aumentando as oportunidades, por meio da educação.

Assim, depreende-se que a Educação tem potencial para reduzir a pena e, ao mesmo tempo, capacitar o reeducando para sua reintegração à sociedade e ao

competitivo mercado de trabalho. Concorda-se que a explicitação da legislação sobre a Educação no Sistema Prisional ainda é um pequeno amparo para os reeducandos caminharem em direção a uma igualdade de direitos. A pesquisa pretendeu levar o leitor a compreender a relevância do tema para uma parcela da população privada de liberdade.

2.2 Ressocialização e Reintegração

A ressocialização é um instrumento criado pelo Estado, a fim de que seja possível o acompanhamento psicopedagógico do reeducando, para que este não apenas alcance um amadurecimento completo de suas atitudes, mas que seja reconhecido, principalmente, que a identidade pessoal e social é um importante mediador das relações, com a intenção de reintegrar o reeducando na sociedade, tornando-o livre de vícios, de condutas criminosas e até de outras performances. Sendo alvo de grandes polêmicas brasileiras, os significados da ressocialização e da reincidência, apesar de serem completamente distintos hoje no Brasil, foram bastante desvirtuados e muitas vezes utilizados como sinônimos.

Albergaria (1996) considera que a principal finalidade do processo de ressocialização deve ser a reeducação dos indivíduos, uma vez que os mesmos, ao longo da vida, apresentaram uma resistência quanto às normas ou se depararam até mesmo com total falta de oportunidade para obter um crescimento social positivo perante as demais pessoas que compõem a sociedade. O autor considera que, por meio da reeducação, os reeducandos podem compreender a importância das normas, assim como obter um conhecimento mais amplo sobre o mundo, como um todo, e as oportunidades apresentadas no mesmo.

Abbagnano (2007) afirma que a maior dificuldade na promoção da ressocialização está justamente na capacidade de aceitação da ressocialização em si. O autor explica que a comunidade, de forma geral, não está ainda preparada para o exercício de um convívio harmônico com um reeducando. Neste ponto, é preciso explicar que a harmonia que se almeja em um convívio dessa natureza não se refere a uma relação utópica e sem máculas, preza-se minimamente o respeito e a confiabilidade. Nesta senda, o supracitado autor explica que o maior limitador para a ressocialização está justamente na ausência do entendimento da sua relevância para toda a comunidade.

A problemática da situação do reeducando nunca foi um tema de destaque na sociedade, nunca preocupou a sociedade em geral. Entretanto, é importante que seja incluída na pauta dos debates e preocupações. Dessa forma, o Ensino de Ciências corrobora o entendimento da construção do próprio sujeito como sujeito histórico.

Tal ideia também se relaciona com um ensino além dos presídios, como explica Bitencourt (2001) pois, para o autor, o mais indicado seria que a sociedade começasse a entender a viabilidade das políticas de sociabilização e seria justamente a educação parte da medida de conscientização. Este segue apontando que é necessário que seja esclarecido à comunidade em geral o entendimento de que a ressocialização pode funcionar efetivamente como uma forma de combate e redução da criminalidade. Contudo, o mesmo autor ratifica que, para que esta medida funcione, é preciso que sejam vencidos conceitos marcantes e presentes na formação de uma consciência social coletiva.

Novamente, Bitencourt (2001) explana que o senso comum social ensina e reforça conceitos retrógrados e defasados que só são repensados quando alguém que pensa de tal forma migra para o lado oposto. Desse modo, acredita-se que a prisão em condições precárias não é um problema, mas, sim, um castigo a quem cometeu um crime ou que a ausência de políticas públicas de ressocialização não surte efeito na vida de um reeducando. Também se validam posturas inflexíveis, como o entendimento tacanho de que “bandido bom é bandido morto” ou ainda se questiona a eficácia dos direitos humanos e o merecimento dos reeducandos, como se eles precisassem merecê-los. Tudo isso são posturas que só serão revistas por quem adota esse caráter extremista, quando o autor de tais pensamentos - ou algum familiar seu - encontrar-se em condições similares à da pessoa julgada.

Fato é que o sistema educacional prisional brasileiro tem, no decorrer dos últimos anos, chamado a atenção da sociedade de forma negativa, seja pela forma como a sociedade o vê, seja pelo aspecto como ele é apresentado. Salvo a finalidade deste sistema, que é claramente proposta pela Lei de Execução Penal em voga no cenário brasileiro (BRASIL, 1984), a insegurança de presídios e cadeias públicas pode ser vista a olho nu por qualquer observador que se prontifique a analisar a situação mais de perto. De acordo com o que tem sido divulgado pela imprensa de todo o país, a população carcerária de ambos os sexos vem aumentando de forma relevante e tal fenômeno tem por consequência uma gama de ações que são refletidas diretamente

na ordem social (Figura 1). Nesse sentido, Freire (1990) ensina que, a partir do momento em que uma comunidade tende a promover a reflexão por meio da educação, possibilita uma maior chance de êxito na reinserção de uma pessoa no meio social, como é o caso de reeducandos.

Figura 1 - Evolução da população carcerária brasileira



Fonte: Teixeira (2019).

Nestes termos, pode-se compreender que a viabilidade da reclusão de uma pessoa em um sistema prisional garante-se atualmente pela possibilidade de punição psicológica, em que o detento é apresentado a uma realidade completamente diferente da que ele tem quando está liberto. Assim, a sociedade continua crendo que esta pena possui eficácia garantida, mas dados que comprovam que a sociedade carcerária só cresce todos os dias revelam que essa reclusão não é eficiente e nem eficaz em suas práticas, para a ressocialização dos reeducandos.

Contudo, ao analisar a abordagem apresentada por Travaoli e Carriel (2011), vê-se que a reclusão de uma pessoa pode ser entendida como algo que não é mais tão viável nos dias atuais. Os autores, em estudo que trata de unidades de ressocialização, defendem que a reclusão de um indivíduo e as relações de trabalho que surgem no convívio de pessoas que cometeram crimes, associadas às formas de abordagem, que têm como princípio a construção de novos relacionamentos com os objetivos de recuperação de uma vida social digna, possuem uma eficácia mais comprovada do que uma pena de reclusão que tem por foco somente a privação da liberdade.

Galúcio (2012) explica que a ressocialização tende a ocorrer de modo mais definitivo, se a sociedade estiver ciente da sua relevância e dos benefícios que esta traz para a comunidade. Neste passo, a conscientização alcançada, por meio da realização de políticas públicas, é o caminho mais adequado para que se obtenha

êxito com tal abordagem. Lima (2010), por sua vez, destaca que a compreensão acerca da ressocialização deve ocorrer em uma escala macro, tendo bem claro em mente que os direitos de igualdade ainda se aplicam a todos, mesmo que reeducandos. É necessário, neste caso, que se evidencie que a adoção de uma postura extremista e inflexível não se refere, em hipótese alguma, a uma solução eficaz. Trata-se, tão somente, da extensão da reclusão em um nível diferenciado.

Reeducar a comunidade e conscientizá-la de que a ressocialização é um fator que precisa ser considerado como uma forma de evitar a reincidência é, sem dúvida alguma, o maior desafio para a promoção da inclusão de quem já cumpriu sua pena.

Ao buscar por instrumentos que norteiam uma convivência minimamente saudável dentro de uma unidade prisional, retomamos a Lei de Execução Penal, com determinações que desenham quais são os objetivos – teóricos – desta forma de ação do Estado:

Art. 1º. A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Art. 2º. A jurisdição penal dos Juízes ou Tribunais da Justiça ordinária, em todo o Território Nacional, será exercida, no processo de execução, na conformidade desta Lei e do Código de Processo Penal.

Parágrafo único. Esta Lei aplicar-se-á igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.

Art. 3º. Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.

Parágrafo único. Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política.

Art. 4º. O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança. [...]

Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso.

Art. 11. A assistência será:

I - Material;

II - À saúde;

III - Jurídica;

IV - Educacional;

V - Social;

VI - Religiosa (BRASIL, 1988, p.19-20).

As disposições que constam na Lei de Execução Penal mostram que os princípios que a regem deveriam sustentar um processo de reinserção social saudável e eficaz. Contudo, a realidade prisional que se vislumbra é diferenciada e o comportamento social acerca desta realidade reflete a descrença da população em

relação à possibilidade de um reeducando cumprir sua pena e voltar ao convívio social apto a manter relações pessoais dentro do que o senso comum estipula como apropriado.

No entendimento de Irion (2006), é imprescindível que seja encontrada uma forma de validar o que a Lei de Execução Penal ambiciona. Mais que isso, é necessário que seja observada a relevância que a adesão a um código de conduta paralelo tem no meio social.

A reincidência ocorre, quando se deixa crianças e adolescentes desamparados da família, dos amigos, da escola, da justiça e da sociedade; ocorre quando inúmeros jovens são colocados dentro de uma galeria -presos- sem chances de melhorar sua conduta. Portanto, a medida socioeducativa atualmente aplicada trata o jovem como delinquente, não oferecendo a ele qualquer possibilidade de crescimento (BISPO, 2018).

Ao colocar crianças e adolescentes infratores nestas condições, favorece-se a reincidência dessas pessoas na idade adulta, quando, ao que tudo indica, apresentarão não só defasagens quanto aos estudos, mas também - por consequência - mais dificuldades para ressocialização.

O processo de democratização do sistema educacional brasileiro vem oportunizando maior acesso à educação básica, mas não repercute sobre a garantia da continuidade dos estudos, pois muitos desistem antes da conclusão do ano letivo. Assim, existe uma descontinuidade no processo educacional que se materializa por meio da desistência escolar, fenômeno ocasionado por fatores diversos e interdependentes, que podem se apresentar por meio de categorias institucionais, socioeconômicas e pessoais. Algumas pesquisas demonstram que os motivos dessa desistência podem ser concebidos como expressão social, resultante da desigualdade presente nas diferentes classes sociais que compõem a sociedade capitalista, por isso devemos pensar sobre a desigualdade social e relacioná-la com a falta de oportunidade e de escolha dos menos favorecidos (SHOR; FREIRE, 2000).

No decorrer da discussão dos dados, por exemplo, a “educação bancária” transforma-se, pela proposta da Pedagogia Libertadora de Freire, em tópico de conversação no diálogo entre as visões do Programa de Educação para Saúde (PES). Os conceitos de Freire esclarecem, ainda mais, ambas as abordagens e demonstram as justificativas para suas respectivas escolhas e ações políticas. Esses diálogos,

portanto, permitem não apenas fornecer uma descrição, mas também especular sobre conceitualizações de educação e cidadania em uma era de política populista (PEREIRA, 2018).

E, assim, o processo educacional acontece na sociedade em diversos ambientes, de maneira institucionalizada, organizada e sistemática, de acordo com um plano preestabelecido. A educação pode acontecer em grupos sociais ou no ambiente de trabalho. Portanto, aprender não se restringe ao ambiente escolar institucional, indo além do chão da escola e permitindo que o processo educativo tenha desenvolvimento, a partir da inter-relação humana em outros setores da comunidade (ALBERGARIA, 1996).

Ao compreender como a educação transforma os indivíduos, e como ela se dá em muitas ocasiões e lugares relacionados ao contexto sociocultural, científico e econômico, dependendo do local onde os mesmos se encontram (ALVES, 2020), busca-se um estudo mais amplo e profundo para o complexo entendimento de uma educação que transforma o sujeito.

2.3 Pensando a Educação Prisional sob a perspectiva da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire

Paulo Freire (1921–1997) foi um educador brasileiro cuja obra se tornou referência mundial máxima da pedagogia crítica e libertadora. Freire considerou a educação uma prática de liberdade e uma poderosa ferramenta de resistência à opressão social e cultural. Freire desenvolveu pedagogias críticas que, por meio de métodos de problematização, dão voz a todos os alunos; também foi um crítico severo do modelo “bancário” de educação, em que os alunos são considerados recipientes vazios com conhecimento zero e a tarefa do professor é apenas preencher esses recipientes com informações previamente feitas (FREIRE, 1987).

A história de Paulo Freire funde-se com a Educação de Jovens e Adultos, pois foi assim que ele iniciou sua vida de magistério. Através da Pedagogia Libertadora, o autor busca conscientizar os sujeitos das classes menos favorecidas de que a educação seria uma prática libertadora e, daí, a crença de que o ensino deveria desafiar os alunos a examinar as estruturas de poder e os padrões de desigualdade dentro do *status quo*. Freire enfatizou a importância de lembrar o que é ser humano e viu a educação como uma forma de transformar estruturas opressoras. Sua

perspectiva originou-se dos valores de amor, cuidado e solidariedade (SHOR; FREIRE, 2000).

Nas considerações de Paulo Freire, a educação, da forma como está estruturada hoje, impede que as pessoas ampliem suas bases de conhecimento. O objetivo tradicional é depositar o conhecimento de pais e professores em seus filhos como recipientes para absorção. Como alternativa, Freire propõe a teoria da ação dialógica e o pensamento crítico para motivar as pessoas a aprender e pensar por conta própria (SHOR; FREIRE, 2000).

O educador foi alvo de reprovação por alguns setores do campo progressista por sua abordagem antirreducionista e sua insistência no diálogo, o que, na opinião de alguns representantes desses setores, apenas retardaria a mudança que deseja realizar. Por outro lado, as ideias e a pedagogia democrática e dialógica de Freire sempre foram demonizadas pelos grupos de direita brasileiros, que culpam seus conceitos pelo fracasso do sistema educacional do país. Esses grupos defendem pedagogias tradicionais e, sobretudo, tecnicistas, em que a hierarquia e a instrução prevalecem sobre o diálogo e o pensamento crítico. Apesar disso, organizadores de eventos de treinamento para professores e líderes sociais convidavam o pensador para ajudar no planejamento (SHOR; FREIRE, 2000).

No livro “Pedagogia do Oprimido”, a ideia mais importante que Paulo Freire desenvolveu foi a distinção entre o modelo “bancário” de educação e uma pedagogia crítica; assim, o diálogo foi o elemento central da abordagem do autor. Ele escreve que o amor e o respeito são os ingredientes que permitem envolver as pessoas no diálogo e nos levar ao processo educativo e de conhecimento. Por sua natureza, o diálogo não é algo que possa ser imposto, este deve ser genuíno e caracterizado pelo respeito entre as partes envolvidas. Destaca, ainda, que desenvolvemos uma sensibilidade tolerante durante o processo de diálogo, e é somente quando passamos a aceitar os pontos de vista e modos de ser dos outros, que podemos aprender com eles e sobre nós mesmos no processo (ALVES, 2018).

Freire afirmava também que é necessário desenvolvermos empatia para com os demais, a fim de que todos possam aprender uns com os outros. No entanto, condescender não significa que devemos deixar de ser quem somos, pelo fato de aceitarmos o comportamento e a maneira de pensar dos outros. Diálogo e imposição

são abordagens diametralmente opostas de relacionamento. De acordo com Freire, a imposição de nossos pontos de vista sobre os outros vem da falta de confiança em nossas próprias crenças (FREIRE, 1987, p. 101).

A Pedagogia de Freire propõe o diálogo e afirma a vida; dessa forma, assevera que os sujeitos e situações sejam o que podem se tornar; entende a vida e as pessoas como que se desenvolvendo em um processo criativo aberto. Isso, em vez de acreditar que “as respostas” ou “a verdade” já foram determinadas, posto que um sujeito que envolve os outros no diálogo acredita que as respostas e a verdade surgirão quando ouvirmos e falarmos uns com os outros. Portanto, o diálogo advém de um lugar de amor, respeito, confiança, humildade e curiosidade (SHOR; FREIRE, 2000).

Paulo Freire (1987) analisa os vários métodos de educação, para definir o conceito do que é o diálogo para ele, no capítulo III de “A Pedagogia do Oprimido”, que trata da relação entre diálogo e conteúdo processual, a fim de examinar os métodos utilizados para gerar temas, bem como como as possibilidades de conscientização. Na leitura do capítulo, observa-se que, para Freire (1987), o diálogo é o encontro entre o homem, o comunicador do mundo, e o mundo, para designá-lo. Portanto, fica claro que o diálogo é essencial para a sobrevivência humana.

Neste mesmo capítulo III, “A Dialogicidade – essência da educação como prática da liberdade”, a relação homem/diálogo é elemento fundamental de significativa importância nesse processo, opondo-se, inclusive, ao método “bancário” de transmissão de conhecimento. Para Freire (1987), o que fundamenta e baseia o diálogo é a relação de igualdade entre os sujeitos, não havendo nenhuma pretensão em um ser mais que no outro. O diálogo, neste caso, é uma forma amorosa, com fé na humanidade e humildade, desenvolvendo esperança, confiança e criticidade, por meio de que as pessoas comunicam-se, para criarem uma forma de interação e, para juntas, chegarem a uma proposta para a ação.

Como se nota, é essencial às pessoas em diálogo nutrirem-se de fatores constituídos na confiança, amor, humildade, esperança, fé e em uma práxis capaz de estabelecer uma relação entre as pessoas, baseada no respeito mútuo. Os comunicadores, ao se nutrirem desses elementos constitutivos, tornam a comunicação mais eficaz, como aponta Freire (1987).

A palavra verdadeira, proposta por Freire (1987), situa-se na ideia de que o diálogo deve ocorrer com amor, no contexto de algumas dimensões, sendo elas: ação, reflexão e ação transformadora. Aqui, a intenção de Freire (1987) foi sinalizar que a palavra possui, em seu sentido, um valor de transformação, capaz de mudar o mundo, transformando os sujeitos em seres humanos e libertando os oprimidos, sempre se utilizando do poder do diálogo. Conclui, portanto, pela consciência de que a palavra é um direito de todos, ela se torna uma ação amorosa, já que não se pode falar em diálogo, se não houver um amor profundo ao mundo e aos seres humanos.

No pensamento de Paulo Freire (1987), fomenta-se que, tanto no diálogo quanto na educação, é preciso destacar determinados elementos-chave, tais como “investigar”, sendo esta uma forma de pensar o homem como contexto indissociável da realidade. Freire (1987) sinaliza quanto à importância dos temas geradores, por sempre partirem da realidade, saindo da educação tradicional, que faz uso apenas de conteúdos já previamente estabelecidos pelo programa e pelo sistema educacional.

Segundo Paulo Freire (1987), os homens usam o mundo como meio de se educarem. E problematizam a educação, ressignificando a superação entre as contradições e os diálogos entre professores e alunos. Estes se tornam sujeitos do processo e crescem, encontrando o verdadeiro conhecimento e a cultura. Neste sentido, juntos buscam a liberdade e refletem criticamente a consciência na realidade na sociedade.

É necessário que haja uma investigação e uma coleta desses temas que fazem parte do convívio social do povo a quem se quer ensinar. Vale lembrar que existem, ainda, educadores que entendem que os conteúdos são mais importantes do que a experiência que o educando traz da vida, acreditando que o sujeito não teria conhecimentos prévios e seria necessário inserir os conhecimentos do sujeito/reeducando, sem se preocupar com a historicidade do indivíduo.

O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. Esta é a razão por que não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não a querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito. É preciso primeiro que, os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra, reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumanizante continue (FREIRE, 1987 p. 50-51).

Uma sociedade sem diálogo é algo extremamente prejudicial, pois não haverá a troca de experiência, mantendo a verdade apenas para um, em que o “eu” passa a

ser o detentor de uma verdade absoluta, enquanto que ao outro, devido à falta de diálogo, não cabe o direito de interferência nos conceitos. Caso não haja diálogo, o mundo terá uma sociedade dividida e vulnerável a opressores, por induzirem os fragilizados, tornando a liberdade algo impensável. Aqui, Freire (1987) retoma a ideia de que o amor é o fundamento para o diálogo e este, por sua vez, é a base da comunicação que permite conhecer um ao outro.

Por isso, Freire (1987) afirma que a educação precisa ser baseada no diálogo entre professor, aluno e colegas, direcionando-a para a libertação, em que as opiniões podem ser expressas por todos. Não há diálogo nem ensino se não houver amor. Trata-se de um diálogo construído por Freire (1987) como ferramenta educativa para a formação de uma consciência voltada para a transformação social para o amor, humildade, humanidade, fé e esperança.

Como a problematização corrobora os contextos e conteúdos de ensinamentos contidos na obra de Freire (1992): “Pedagogia da Esperança - um reencontro com a Pedagogia do Oprimido”, inicia-se pela essência da consciência, que, para Freire, refere-se à existência e intencionalidade da comunicação. Não se limitando a isso, Freire (1992) também defende o fato de que ensinar não se resume simplesmente à transmissão do saber, mas afirma ser o papel do professor criar ou produzir conhecimentos. E, neste sentido, denota a importância do Ensino de Ciências ser mais trabalhado, discutido, problematizado na Educação Prisional, pois, quando o sujeito contextualiza e entende que, alfabetizado, o aluno vai entender com mais clareza o mundo em que está inserido. Por outro lado, Freire (1992) não vê com negatividade o fato de que o educando precisa ter suas condições facilitadas para o aprender com autonomia.

Discutiam também como trabalhar sobretudo com a problematização de situações concretas e, através do aprofundamento da ou das razões de ser da experiência de esmagados que os grupos populares tinham de si mesmos, refazer a sua percepção anterior. Em outras palavras, como perceber a percepção anterior da realidade e assumir uma nova inteligência do mundo sem que isso significasse, porém, que, por estar sendo percebido de forma diferente, já tivesse sido o mundo transformado. Mas isso significava que, por causa da nova inteligência do mundo, seria possível criar-se a disposição para mudá-lo (FREIRE, 1992, p. 135).

A problemática na educação no Brasil reflete diretamente uma realidade social permeada pela racionalidade instrumental caracterizada como sociedade de massa. Nesse contexto, entende-se que os modelos educacionais, que são desenvolvidos com base em um pensamento mecanicista, não trabalham a educação de forma

totalmente formativa, sendo, assim, insuficientes para a formação do educando/aluno como cidadão. Portanto, o impacto de diversos aspectos da situação social na formulação, desenvolvimento e aplicabilidade de políticas e/ou programas educacionais prisionais deve ser entendido como avanço nos debates acadêmicos sobre as possibilidades e limitações da avaliação de perspectivas para o desenvolvimento desses reeducandos/sujeitos.

Freire (1992) enfatiza que os indivíduos acabam, assim, permanecendo dependentes e determinados pelos pensamentos, projetos e ideais de outrem, geralmente impostos pelo senso comum que vigora. Por esse motivo, Freire (2007) expõe que a autonomia propõe e dá condições ao homem para que se torne capaz de fazer uso da liberdade e da autodeterminação que possui.

O método de Freire (1992) sobre a educação, de modo a solucionar a problematização em torno dela, propõe uma educação que condicione o educando à tomada de consciência da sua própria condição social. Aqui a pesquisadora faz um paralelo entre a Pedagogia Freiriana, a Educação Prisional e o Ensino de Ciências, buscando tornar o reeducando protagonista da sua própria história de vida. Deste modo, as relações entre o reeducando e a sociedade transformam-se em um componente fundamental de ressocialização, que pode ser observada em todos os aspectos da sociabilidade e, também, pelo discurso das políticas públicas, tornando-se uma área temática nos estudos educacionais. Tal conscientização permitiria uma mudança no contexto social, apoiado na práxis baseada na ação e na reflexão.

Neste contexto, para Freire (1992), o problema de uma educação “bancária” faz com que o aluno se torne apenas um simples ouvinte e, decorrente deste procedimento fundamentado na fala do professor. Neste modelo, tem-se uma mecanização da realidade, uma vez que o aluno não é agente ativo do processo, quando deveria sê-lo, o que se torna uma problematização aos contextos e conteúdos de ensino. Entende-se, conforme palavras de Freire (1992), que na educação “bancária” a finalidade é que tudo seja mantido como está dentro da sociedade, na qual busca-se manter a classe dos pobres e oprimidos como sendo aqueles que servem como mão de obra barata e a dos ricos como os que administram e governam os negócios destes trabalhadores.

Segundo Freire (1992), para o homem alcançar o seu ideal e conseguir superar a educação que o discrimina, que o exclui e legitima preconceitos sociais, é preciso

que, antes de tudo, seja realizada uma transformação nas relações sociais que se manifestam na prática educacional, pois são elas que são definidas, tanto no educando quanto no educador.

A partir do exposto, entende-se que a problematização dos contextos e dos conteúdos de ensino no livro “Pedagogia da Esperança” (FREIRE, 1992), volta-se para a ideia de que, na época, o modelo predominante teria sido o mecanicista, não sendo possível, portanto, falar em conscientização. A conscientização deveria ser percebida, a partir da coerência entre teoria e prática, embutida no movimento dialético consciência-mundo.

Além disso, a perspectiva dialética apenas pode compreender a consciência crítica caso o epifenômeno seja o resultado de mudanças sociais, enquanto na perspectiva mecanicista não é possível entender o que ocorre nas relações de opressores com oprimidos, levando em consideração que se tratam de indivíduos ou classes sociais.

A forma como Freire (1992) recupera e critica a problematização dos contextos e dos conteúdos de ensino permite observar que o processo de memorização de conteúdos, que existe atualmente, principalmente no que diz respeito à sociedade da cultura digital, torna possível que tudo seja lembrado. Desta forma, para Freire (1992), só existe o saber na invenção, na reinvenção e na procura incansável por respostas aos problemas expostos, tanto pelos educadores quanto pelos educandos, de modo a sustentar uma relação afetiva entre os agentes da educação.

Portanto, pode-se observar que Freire apresenta três dimensões distintas de ousadia ao diálogo aplicado no contexto educacional, que são: a existencial, a ético-política e a metodológica (SHOR; FREIRE, 2000). A existencial é justificada por Freire, por ser o diálogo uma situação inerente à própria natureza humana, permitindo aos homens serem considerados sujeitos do próprio conhecimento. É ético-político, uma vez que viabiliza aos homens participarem efetivamente da vida política da sociedade, com voz ativa no processo de luta por seus direitos sociais, com respeito mútuo em termos de ética. E é metodológica, por viabilizar que os homens adquiram conhecimento, sejam partícipes e autônomos, além de fornecer saberes culturais.

Pelo exposto, é possível observar que, para Shor e Freire (2000), no livro “Medo e Ousadia”, o ponto principal para a prática do ensino é a base relacionada ao contexto social dos educandos. Isto porque as ações educativas surgem do princípio de que o

educando já possui algum conhecimento; assim, pode-se fazer o levantamento do universo dialógico deles, a partir de um tema gerador. É importante que as situações geradoras sejam criadas com fundamento em um tema que seja possível ser debatido com os educandos. Ao se considerar, portanto, um tema gerador, é possível aos educadores criarem e aplicarem atividades que se relacionem com novos temas. Também é viável a aplicação de novas palavras no diálogo entre as partes envolvidas, quais sejam, educador e educandos, e se apliquem para a transformação social do reeducando/sujeito, em sua reintegração à sociedade.

O professor trabalha a favor de alguma coisa e contra alguma coisa. Por causa disso, terá outra grande pergunta a fazer: "Como conciliar minha prática de ensino com minha opção política?" O educador poderá dizer: "Agora descobri a realidade da sociedade e minha opção é em favor de uma educação libertadora. Sei que o ensino não é a alavanca para a mudança ou a transformação da sociedade, mas sei que a transformação social é feita de muitas tarefas pequenas e grandes, grandiosas e humildes! Estou incumbido de uma dessas tarefas. Sou um humilde agente da tarefa global de transformação. Muito bem, descubro isso, proclamo isso, verbalizo minha opção. A questão agora é como pôr minha prática ao lado do meu discurso. Isto é, como posso ser coerente em classe. Por exemplo, não posso proclamar meu sonho de libertação e, no dia seguinte, ser autoritário na relação com os estudantes, em nome do rigor" (SHOR; FREIRE, 2000, p. 34).

Desta forma, emerge o método empregado por Freire, no qual ele aponta para a ideia de que o diálogo está presente em todos os debates que envolvem um tema e uma palavra geradora, funcionando como educadores/mediadores da relação entre os conhecimentos experienciais, que os educandos já possuem, com os saberes escolares. A partir de então, o método freireano possibilita ao educando desenvolver uma visão crítica em relação à realidade social (SHOR; FREIRE, 2000).

O método de Freire, apresentado em "Medo e Ousadia" (SHOR; FREIRE, 2000), mostra-se uma ferramenta que articula o saber cotidiano e a experiência de vida com o saber culto, sistematizado e rígido. Além do exposto, nota-se que, em Shor e Freire (2000), as práticas dialógicas dimensionam-se como métodos com alto poder de contribuição e agregação de saberes e conhecimentos para a formação crítica do educando, assim como ao processo de autonomia daqueles que constituem a prática pedagógica.

Além do exposto, nota-se que, em Shor e Freire (2000), as práticas dialógicas dimensionam-se como métodos com alto poder de contribuição e agregação de saberes e conhecimentos para a formação crítica do educando, assim como para o processo de autonomia daqueles que constituem a prática pedagógica.

O método proposto por Freire é uma estratégia metodológica para a leitura, de modo a examinar o conteúdo de um texto e interpretá-lo, através da sua própria experiência de vida. É, assim, uma forma de desenvolver o diálogo entre educandos e educadores, partindo do estímulo ao diálogo, com questionamentos, perguntas, levantamento de problemas e outras frentes, às quais, estrategicamente, seja aplicado o método freireano, por meio de debates, que envolvam temas do cotidiano e experiências de vida (SHOR; FREIRE, 2000).

Além disso, as práticas dialógicas de Freire sinalizam quanto à capacidade de um educando em problematizar a realidade e, a partir disso, participar de forma ativa do processo educativo, desenvolvendo capacidades éticas, cognitivas, políticas e afetivas (SHOR; FREIRE, 2000). Nesta perspectiva, é muito apropriado ter uma postura teórica de problematizar sobre a compreensão das questões da ressocialização e da reintegração do reeducando na condução de pesquisas avaliativas, quando elas surgem no contexto dos respondentes. Ainda para Freire, é fundamental que a educação estimule no educando a curiosidade, o questionamento e o desejo de perguntar, pois trata-se de uma busca dos fatos, como parte da problematização da sua realidade social.

A educação libertadora pode fazer isto – mudar a compreensão da realidade. Mas isto não é a mesma coisa que mudar a realidade em si. Não. Só a ação política na sociedade pode fazer a transformação social, e não o estudo crítico em sala de aula. As estruturas da sociedade – assim como o modo capitalista de produção – têm de ser mudadas, para que se possa transformar a realidade (SHOR; FREIRE, 2000, p. 106).

Como se nota, a pedagogia proposta por Freire é uma categoria analítica que emerge no pensamento dialógico freireano o qual, em conjunto com a práxis, o questionamento e a autonomia, possibilita a transformação social. Em se tratando de transformação social, o método dialógico de Freire, voltado à educação, evidencia a importância do conhecimento humano, associado ao ato de se comunicar. Isto porque o diálogo é parte inerente à condição humana, bem como à transformação social, dadas as relações constitutivas, lógicas e históricas (SHOR; FREIRE, 2000).

Como os métodos dialógicos de Freire aumentam a consciência social e fornecem o pano de fundo para a ação política, os grupos não democráticos veem as pedagogias freireanas como “inimigas” a serem derrotadas. Em 2012, o Parlamento Nacional aprovou um projeto de lei que proclamou Freire o “patrono da educação

brasileira”, entretanto tal decreto acendeu a raiva nos grupos antiquados, que são contra Paulo Freire e suas pedagogias (SOUZA, 2019).

A Educação de Jovens e Adultos ofertada interrelaciona-se com a própria história de Paulo Freire, pois ele criou o método dialógico e significativo para alfabetizar esta parcela da população. A importância sobre a Educação de Jovens e Adultos depende do Estado, na formulação de políticas públicas e na ampliação de recursos visando ao fortalecimento das escolas para esta faixa etária, investindo na formação continuada de professores, na melhoria do espaço físico, na maior disponibilização de materiais e equipamentos, entre outros aspectos. Para Freire (1987), ensinar não poderia ser apenas um processo de transmissão de conhecimentos, em que o aluno recebe os ensinamentos que o educador deposita - a educação “bancária”. Ensinar seria um ato de coragem, de construção de conhecimentos, em que o respeito entre o educador e o educando/reeducando são imprescindíveis.

Paulo Freire defendia investimentos na formação continuada de professores, melhorias dos espaços físicos educacionais, maior disponibilização de materiais e equipamentos, entre outros aspectos, como a estrutura da escola, em seu aspecto físico e em termos de recursos humanos. Desta maneira, esta pesquisadora transpõe a crítica de Freire (1987) aos dias atuais, pois a escola/cela dificilmente irá conseguir manter o aluno/reeducando da escola ou do presídio motivado a prosseguir o estudo no ambiente intramuros, evitando que a evasão escolar aconteça.

Assim sendo, construir mais prisões pode melhorar o problema da superlotação temporariamente, porém manter o modelo de visão administrativa dessas unidades inalterado quanto à perspectiva de ressocializar os sujeitos não irá surtir efeito quanto à questão de terem novas oportunidades e, conseqüentemente, serão abortados a esperança de dar novos rumos às suas vidas, quais sejam não reincidir na criminalidade e retornar à tutoria estatal de reclusão social.

Contudo, incluir o reeducando na educação, como ser inacabado, oportunizar-lhe-á o contato com novos objetos de conhecimento proporcionados por conteúdos conceituais ou procedimentais, construindo relações com pessoas que lhe propiciem novas formas de ver o mundo, de refletir sobre sua existência, de agir diferentemente frente às situações e escolhas que a vida lhe impõe e que responde, por instinto, transformando sua realidade e recriando sua história, sua cultura.

O desafio posto pela contemporaneidade à educação é o de garantir, de modo contextualizado, o direito humano universal e social inalienável à educação. O direito universal não é passível de ser analisado isoladamente, mas deve sê-lo em estreita relação com outros direitos, especialmente, dos direitos civis e políticos e dos direitos de caráter subjetivo, sobre os quais incide decisivamente. Compreender e realizar a educação, entendida como um direito individual humano e coletivo, implica considerar o seu poder de habilitar para o exercício de outros direitos, isto é, para potencializar o ser humano como cidadão pleno, de tal modo que este se torne apto para viver e conviver em determinado ambiente, em sua dimensão planetária. A educação é, pois, processo e prática que se concretizam nas relações sociais que transcendem o espaço e o tempo escolares, tendo em vista os diferentes sujeitos que a demandam. Educação consiste, portanto, no processo de socialização da cultura da vida, no qual se constroem, se mantêm e se transformam saberes, conhecimentos e valores (BRASIL, 2013, p. 16).

Dessa maneira, e tendo como base as ideias de Paulo Freire relacionadas à metodologia criada por ele, bem como o processo dialógico e a importância de educação para modificar o caráter de opressão, estabeleceu-se para este trabalho uma metodologia que permite observar mecanismos educacionais aplicados a reeducandos, por meio de pilares destacados por Freire (1987). Dessa maneira, possibilita o desenvolvimento de relações com os reeducandos/sujeitos cada vez mais solidárias e capazes de alterar as barreiras em prol do bem comum.

Assim, apoiando-se em referências de Freire, destacaram-se os conceitos ora elencados, lembrando que, através destes conceitos, serão explanadas as análises dos artigos selecionados, conforme o Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 - Conceitos para analisar os trabalhos selecionados, partindo da Pedagogia Libertadora.

<p>1º conceito - Diálogo</p>	<p>Dialogar não é só dizer “Bom-dia, como vai?”. O diálogo pertence à natureza do ser humano, enquanto ser de comunicação. O diálogo sela o ato de aprender, que nunca é individual, embora tenha uma dimensão individual (FREIRE, 1987, p.11).</p>
<p>2º conceito - Problematização</p>	<p>Discutiam também como trabalhar sobretudo com a problematização de situações concretas e, através do aprofundamento da ou das razões de ser da experiência de esmagados, que os grupos populares tinham de si mesmos, refazer a sua percepção anterior. Em outras palavras, como perceber a percepção anterior da realidade e assumir uma nova inteligência do mundo sem que isso significasse,</p>

	<p>porém, que, por estar sendo percebido de forma diferente, já tivesse sido o mundo transformado. Mas isso significava que, por causa da nova inteligência do mundo, seria possível criar-se a disposição para mudá-lo (FREIRE, 1992, p. 135).</p>
<p>3º conceito - Transformação Social</p>	<p>Na análise dessa caminhada, defrontei-me com o tratamento dos temas que estão necessariamente no bojo do pensar sobre a educação libertadora. A natureza da educação como ato político, as possibilidades e os limites da educação, a relação desta com a transformação social, a importância do trabalho do professor na escola, a necessidade da atuação pedagógica em nível da educação formal e informal, as características do método dialógico, temas tratados em alguns momentos anteriores de sua obra, que adquiriram neste livro um significado especial. Estão recriados com o crivo de sua própria crítica e acrescidos de clareza, concretude e aprofundamento cada vez maiores (SHOR; FREIRE, 2000, p. 7).</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

Com base nos conceitos freireanos, faz-se possível refletir sobre uma educação capaz de reduzir a opressão, possibilitando, talvez, um processo de transformação social.

O opressor só se solidariza com os oprimidos, quando o seu gesto deixa de ser um gesto piegas e sentimental, de caráter individual, e passa a ser um ato de amor àqueles. Quando, para ele, os oprimidos deixam de ser uma designação abstrata e passam a ser os homens concretos, injustiçados e roubados. Roubados na sua palavra, por isto no seu trabalho comprado, que significa a sua pessoa vendida. Só na plenitude deste ato de amar, na sua existência, na sua práxis, se constitui a solidariedade verdadeira (FREIRE, 2003, p.36).

Outrossim, o Quadro 3 demonstra um paralelo entre a perspectiva crítica de Paulo Freire e a Educação no Sistema Prisional, colaborando para toda a reflexão proposta e amparando a seleção dos artigos, a fim de se cumprirem os objetivos, através da metodologia definida, a ser apresentada na seção seguinte. Ou seja, explorando a Educação Prisional e o Ensino de Ciências, como fomento para a percepção do reeducando/sujeito social e biológico, bem como promovendo a transformação social do reeducando de fato e, assim, buscando ajudar na ressocialização e na sua reinserção em sociedade. Isto posto, algumas frases

célebres de Paulo Freire foram escolhidas e inseridas na pesquisa, por inspirarem as reflexões e estarem de acordo com a situação e necessidade dos reeducandos no que tange à Educação Prisional.

Ao analisar o Quadro 3, nota-se que os pensamentos de Paulo Freire podem ser respostas às necessidades do ensino prisional no país, porquanto apresenta, sucintamente, alternativas adequadas para que a Educação Prisional possa auxiliar os reeducandos e, assim, promover seu aprendizado e conquistas. Logo, justifica-se o interesse em destacar o autor na pesquisa bibliográfica e antecipar seu lugar no estudo, realçando suas ideias, uma vez que ele considera a educação como uma prática de liberdade (PEREIRA, 2018).

Quadro 3 - A correlação da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire com a educação no Sistema Prisional.

PENSAMENTO DE PAULO FREIRE	NECESSIDADE NA EDUCAÇÃO PRISIONAL
Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção (FREIRE, 2003, p.47).	O diálogo propõe o debate, a reflexão e estimula o desejo, o anseio de expressar as suas opiniões. Oportunidade de construção do conhecimento.
Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda (SHOR; FREIRE, 2000, p. 67).	Transformação do reeducando, da sociedade e do conhecimento, através da educação.
Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar (FREIRE, 1997, p. 79).	Aprendizado de um novo caminhar, que realize os sonhos do educando sem infringir a lei.
Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor (SHOR; FREIRE, 2000, p. 31).	Buscar a problematização, como forma de argumentação e entendimento da vida em sociedade.
Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas	Transformação Social.

<p>transformam o mundo (SHOR; FREIRE, 2000, p. 31).</p>	
<p>Gosto dessa ideia, Paulo: “iluminar” a realidade. E concordo também que a educação libertadora não é um manual de habilidade técnica; é antes, porém, uma perspectiva crítica sobre a escola e a sociedade, o ensino voltado para a transformação social (SHOR; FREIRE, 2000, p. 17).</p>	<p>Para transformar, é preciso educar. Para ensinar, é necessário que se faça a atualização de quem educa.</p>
<p>O professor trabalha a favor de alguma coisa e contra alguma coisa. Por causa disso, terá outra grande pergunta a fazer: “Como conciliar minha prática de ensino com minha opção política?” O educador poderá dizer: “Agora descobri a realidade da sociedade e minha opção é em favor de uma educação libertadora. Sei que o ensino não é a alavanca para a mudança ou a transformação da sociedade, mas sei que a transformação social é feita de muitas tarefas pequenas e grandes, grandiosas e humildes! Estou incumbido de uma dessas tarefas. Sou um humilde agente da tarefa global de transformação. Muito bem, descubro isso, proclamo isso, verbalizo minha opção. A questão agora é como pôr minha prática ao lado do meu discurso. Isto é, como posso ser coerente em classe. Por exemplo, não posso proclamar meu sonho de libertação e, no dia seguinte, ser autoritário na relação com os estudantes, em nome do rigor (SHOR; FREIRE, 2000, p.34).</p>	<p>A prática e a teoria devem fazer sentido na vida do reeducando/sujeito.</p>
<p>A Educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação (...). Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da</p>	<p>A problematização do conhecimento, conduz os reeducandos a reexpressarem suas próprias experiências.</p>

<p>problematização dos homens em suas relações com o mundo. (FREIRE, 1987, p. 43).</p>	
--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

2.4 A Correlação entre Paulo Freire, Educação Prisional, Ensino de Ciências e Alfabetização Científica

O que Paulo Freire sugere, no entendimento da pesquisadora, com essas palavras, é que: a Alfabetização Científica suscita, por meio da Educação e do Ensino de Ciências, que os sujeitos interpretem os conteúdos/dados das informações de modo crítico. Deste modo, os reeducandos terão oportunidade de exercer o seu direito de escolha, com relação a suas próprias decisões e de explicitarem por que assim o fizeram.

Para debater com maior profundidade o Ensino de Ciências, esta pesquisa procurou embasar-se no processo de Alfabetização Científica, focando a necessidade que deve ser atribuída à correlação entre a Alfabetização Crítica e Libertadora de Freire a Alfabetização Científica. Com isso, atribuindo à Ciência, de forma implícita ou explícita, uma certa função e uma importância na sociedade contemporânea. Observa-se uma dicotomia na literatura que trata deste assunto. Uma linha de pensamento dá ênfase à Ciência, como modo único e privilegiado de como deveria ser lido o mundo, representado por pesquisadores de uma Ciência ateística, pela qual se deveria identificar os meios distintos de se entender o mundo com obstáculos para o desenvolvimento científico (SANTOS, 1988).

Por outro lado, a outra linha advém de tendências pós-críticas do pensamento educacional, linha em que Paulo Freire está inserido, relacionando ciência e cultura. Nesse sentido, a Alfabetização Científica aparece como um conceito fundamental:

defendemos uma concepção de ensino de Ciências que pode ser vista como um processo de “enculturação científica” dos alunos, no qual esperaríamos promover condições, para que os alunos fossem inseridos em mais uma cultura, a cultura científica. Tal concepção também poderia ser entendida como um “letramento científico”, se a consideramos como o conjunto de práticas das quais uma pessoa lança mão para interagir com seu mundo e os conhecimentos dele. No entanto, usaremos o termo “alfabetização científica” para designar as ideias que temos em mente e que objetivamos, ao planejar um ensino que permita aos alunos interagir com uma nova cultura, com uma nova forma de ver o mundo e seus acontecimentos, podendo modificá-los e a si próprio, através da prática consciente propiciada por sua interação cerceada

de saberes de noções e conhecimentos científicos, bem como das habilidades associadas ao fazer científico (SASSERON; CARVALHO, 2011, p. 63).

A falta de uma relação mais aprofundada entre a teoria e a prática ao redor da natureza da Ciência não isenta os educadores e os reeducandos de pensar sobre essas questões, visto que existe forte associação entre as concepções das práticas desenvolvidas pelos educadores e as concepções de Ciências que eles possuem. Quando se trata da Alfabetização Científica, são intensificadas as implicações das concepções epistemológicas dos educadores, tendo em vista a relação direta que existe entre conhecimento científico, Ensino de Ciências e Alfabetização Científica.

As metodologias pedagógicas apontam para a busca de uma aprendizagem mais voltada ao modo de raciocinar em Ciências e não como uma aquisição simples de conhecimentos. E o modo característico do raciocínio científico é aquele no qual os enunciados, teorias, hipóteses ou conclusões não formam meras opiniões, mas estas precisam estar sustentadas em dados empíricos e ter respaldo de natureza teórica ou provas.

Diante de uma concepção sobre educação apoiada em Freire, a alfabetização não pode ser simplesmente a transmissão de informações, visto que ela implica a autoformação, que pode ter como resultado uma postura interferente do sujeito com relação ao seu contexto. A partir desse ponto de vista, a alfabetização se coloca avessa a um padrão de ensino narrativo e transmissivo, sendo a favor de uma pedagogia que leve em consideração os conhecimentos prévios dos educandos/reeducandos.

Em uma concepção freireana, a alfabetização é considerada mais que o domínio simples, mecânico e psicológico de técnicas de ler e escrever, considerando-se o domínio destas técnicas em termos conscientes. Essa aprendizagem mecânica, que advém de pedagogias com base em uma abordagem de instrução e treino, não asseguraria a alfabetização, mas uma aprendizagem dogmática de Ciências. O conhecimento e o entendimento do contexto e do objeto em estudo dependem do que o autor denomina como significação profunda.

A alfabetização, para Freire, implica uma autoformação que possa ter como resultado uma postura do homem, que interfere sobre o seu próprio contexto. Nesta perspectiva, a alfabetização é um elemento que potencializa a ação do sujeito no mundo, isto é, deve viabilizar que ele entenda o contexto onde está inserido, faça sua interpretação e, baseado nestas interpretações, possa agir sobre eles. A alfabetização

e a continuidade dos estudos propõem que a Educação Prisional seja mais efetiva nas transformações de vidas para compreensão do mundo e para o entendimento do mesmo. A alfabetização é um elemento que potencializa a ação do homem no mundo, isto é, deve viabilizar que entenda o contexto onde está inserido, faça sua interpretação e, baseado nestas interpretações, possa agir sobre eles

A alfabetização não é considerada uma imposição de uma maneira de leitura do mundo, mas a chance de desenvolvimento em um indivíduo qualquer da capacidade de organização do seu pensamento de modo lógico, além de ajudar na construção de uma compreensão mais crítica sobre o mundo ao redor.

A proposta de Alfabetização Científica é convergente com o pensamento de Freire, pois a educação problematizadora e dialógica questiona a realidade percebida de modo mágico/ingênuo nessa concepção. Nela, a educação é concebida de modo dinâmico, reforçando a modificação.

Nossa discussão volta-se, porém, aos embates existentes entre o conhecimento científico e o conhecimento popular. O que abordaremos são as (im)possibilidades de um programa de alfabetização científica que estabeleça o conhecimento científico como modo prioritário de compreender o mundo, buscando no pensamento de Freire elementos que fundamentam nossas discussões (LORENZON; BARCELLOS; SILVA, 2015, p. 77).

Freire (1987), em seus escritos com relação à educação, ressalta que é indispensável fazer a compreensão e assimilação do conhecimento, não somente para a adaptação, mas, principalmente, para a transformação da realidade, para nela intervir, para recriá-la. Diante disso, a Alfabetização Científica se torna uma estratégia para que seja oferecida aos estudantes uma outra maneira de tomar decisões, de entender e ver a realidade que os envolve. Esta colocação do conhecimento científico, em equidade com os outros, coloca-o como uma lente, entre diversas possibilidades, por onde é possível entender o mundo.

Tão importante quanto estas discussões são os temas discutidos e os rumos que a discussão toma, ao longo das colocações de alunos e professor. Em nossa opinião, tendo por objetivo iniciar a Alfabetização Científica desses estudantes, é preciso que o ensino não se centre somente na manipulação de materiais para a resolução de problemas associados a fenômenos naturais, mas que privilegie questionamentos e discussões que tragam à pauta as múltiplas e mútuas influências entre o fenômeno em si, seu conhecimento pela comunidade científica, o uso que esta comunidade e a sociedade como um todo fazem do conhecimento, além das implicações que isso representa para a sociedade, o meio ambiente, o futuro de cada um de nós, de todos e do planeta (SASSERON; CARVALHO, 2011, p. 73-74).

É possível que o conhecimento científico coexista com outros conhecimentos e as várias concepções que o indivíduo tem da realidade, não em uma relação de superioridade ou dicotomia, mas como outra chance de ação. Quando se nota que o conhecimento científico não é uma verdade inquestionável e absoluta, mas uma busca criteriosa pela explicação da realidade, abre-se a chance de coexistência com outros modos de interpretar e ler o mundo.

Nesse sentido, Sasseron (2015), ao abordar o conceito de Alfabetização Científica, apresenta os três eixos fundamentais para o entendimento da sua aplicabilidade, que a autora desta dissertação correlacionou com o pensamento freireano, justificando a Alfabetização Científica com base na potencialidade dessa abordagem, enquanto aproxima o educando/sujeito de um conhecimento e de uma leitura de mundo mais autônoma:

Os três eixos são: (a) a compreensão básica de termos e conceitos científicos, retratando a importância de que os conteúdos curriculares próprios das ciências sejam debatidos na perspectiva de possibilitar o entendimento conceitual; (b) a compreensão da natureza da ciência e dos fatores que influenciam sua prática, deflagrando a importância de que o fazer científico também ocupa espaço nas aulas de mais variados modos, desde as próprias estratégias didáticas adotadas, privilegiando a investigação em aula, passando pela apresentação e pela discussão de episódios da história das ciências que ilustrem as diferentes influências presentes no momento de proposição de um novo conhecimento; e (c) o entendimento das relações entre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente, permitindo uma visão mais completa e atualizada da ciência, vislumbrando relações que impactam a produção de conhecimento e são por ela impactadas, desvelando, uma vez mais, a complexidade existente nas relações que envolvem o homem e a natureza (SASSERON, 2015, p. 57).

O primeiro eixo diz respeito à importância de compreender o conhecimento científico curricular, com base nos conceitos que os fundamentam; o segundo eixo sugere que o conhecimento científico não se limita apenas aos conteúdos trabalhados, mas também à forma como são abordados, quais sejam: as estratégias utilizadas, as práticas adotadas e a historicidade do fazer científico; o terceiro eixo compreende a relação do conhecimento científico entre o homem e a natureza, na perspectiva: ciência, tecnologia, sociedade e ambiente, buscando uma visão mais ampla da ciência nos componentes curriculares. Segundo Paulo Freire (1987), a alfabetização é uma ação que permite uma conexão entre o mundo em que vivemos e a palavra escrita. Dessa forma, podemos dizer simultaneamente que a Alfabetização Científica ocorre quando o sujeito/educando é capaz de relacionar o conhecimento científico com o mundo ao seu redor.

É importante salientar que as Ciências Naturais passam por deformação quando inseridas no currículo escolar, com seu ensino por meio de uma pedagogia narrativa e “bancária”, além de experimentos de demonstração que acabam fazendo o saber ser estéril e dogmático. Assim, é justificado o advento do conceito de Alfabetização Científica, como um movimento que busca a reformulação das estratégias e dos objetivos usados para o Ensino da Ciência, formando um reeducando/sujeito com capacidade de ler o mundo, procurando embasamento no conhecimento científico.

Freire (1987) entende a alfabetização como um domínio consciente e não somente na aprendizagem memorística. Este domínio consciente se torna o substrato onde o indivíduo lerá o mundo. Por diversas vezes, até mesmo os cientistas procuram outros modos de ler o mundo, que não seja só pela maneira científica. Esta busca acontece, uma vez que os conhecimentos diferentes têm a tendência de cumprir funções epistemológicas diferentes.

Percebemos ainda uma preocupação crescente, ao longo dos anos, em colocar a Alfabetização Científica como objetivo central do ensino de Ciências em toda a formação básica. Preocupação esta que, em nossa visão, encontra base, respaldo e consistência na percepção da necessidade emergente de formar alunos para atuação na sociedade atual, largamente cercada por artefatos da sociedade científica e tecnológica (SASSERON; CARVALHO, 2011, p. 75).

Neste sentido, o Ensino de Ciências pressupõe que a ideia do fazer Ciência não se dá somente pela natureza científica da informação ou do conhecimento. É visto como um indicador de sua autenticidade e qualidade comparado a outros conhecimentos cotidianos.

Ler um texto é algo mais sério, mais demandante. Ler um texto não é “passear” licenciosamente, pachorrentamente, sobre as palavras. É apreender como se dão as relações entre as palavras na composição do discurso. É tarefa de sujeito crítico, humilde, determinado (FREIRE, 1992, p. 73).

Neste sentido, o propósito desta pesquisa é fornecer dados preliminares, utilizando-se da pesquisa bibliográfica, levantando e demonstrando como é trabalhada a Educação Prisional, e de que modo essa alternativa pedagógica fornece aos reeducandos a oportunidade de concluir seus estudos e, ainda, de diminuir o tempo de condenação. Deste modo, espera-se demonstrar qual é o papel e a importância da Educação Prisional, o Ensino de Ciências e a Alfabetização Científica na ressocialização do reeducando.

3. METODOLOGIA

O primeiro passo tomado no percurso metodológico consistiu em definir qual seria o tipo de pesquisa adotado, coerente com os objetivos deste estudo e com base no referencial freireano. A partir disso, determinou-se o roteiro a ser percorrido, em conformidade com Lima e Miotto (2007), que o definem com clareza:

pode-se considerar a metodologia como uma forma de discurso que apresenta o método escolhido como lente para o encaminhamento da pesquisa. O primeiro passo se caracteriza pela escolha de determinada narrativa teórica que veiculará a concepção de mundo e de homem responsável pela forma como o pesquisador irá apreender as condições de interação possíveis entre o homem e a realidade. Significa que existem diferentes modos de entender a realidade, como também há diferentes posições metodológicas que explicitam a construção do objeto de estudo, a postura e a dinâmica que envolvem a pesquisa, dando visibilidade aos movimentos empreendidos pelo pesquisador nessa direção (LIMA; MIOTTO, 2007, p.3).

Inicialmente, a proposta deste trabalho seria desenvolver uma pesquisa de campo, por meio de um estudo de caso, a ser realizado em uma penitenciária. Entretanto, devido ao contexto de isolamento social causado pela pandemia de Covid-19, optou-se pela pesquisa bibliográfica, do tipo qualitativa e exploratória, para responder aos objetivos propostos. Sobre esse assunto, Lima e Miotto (2007, p. 38) afirmam que “um dos procedimentos mais visados pelos investigadores na atualidade, que pode ter sua escolha definida sem o devido cuidado com o objeto de estudo que é proposto, é a pesquisa bibliográfica”. De acordo com as autoras, os pesquisadores frequentemente confundem a pesquisa bibliográfica com revisão bibliográfica ou revisão de literatura, o que compromete o teor do conteúdo. Isto posto, pode-se conceituar o ato de pesquisa da seguinte forma:

Entende-se pesquisa como um processo no qual o pesquisador tem “uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente”, pois realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que esta apresenta “uma carga histórica” e reflete posições frente à realidade (MINAYO, 2000, p. 26).

Para os propósitos deste estudo, no qual buscou-se identificar de que modo os estudos tratam a Educação Prisional, no contexto do Ensino de Ciências, tomou-se como base para as análises a obra de Paulo Freire (1987). Assim, a pesquisa bibliográfica se desenvolveu, a partir da consulta de algumas bases de dados on-line, focalizando apenas artigos científicos. As bases consultadas foram o Portal de Periódicos da CAPES e, posteriormente, o indexador Google Acadêmico. A escolha por essas bases como fonte para bibliografias a serem analisadas se justifica na

amplitude de trabalhos disponíveis em ambas as bases, especialmente no que se refere aos artigos científicos.

Isto posto, definiu-se quais descritores seriam utilizados para a busca dos artigos selecionados nesta pesquisa. A escolha dos descritores deu-se de forma coerente com o tema de estudo aqui desenvolvido, ou seja, a Educação Prisional no contexto do Ensino de Ciências. Para tanto, os descritores utilizados em ambas as bases de dados consultadas foram “Educação Prisional” e “Ensino de Ciências”.

A seleção dos artigos a serem analisados obedeceu aos seguintes critérios: o título dos artigos, em conformidade com o tema desta pesquisa; o resumo, buscando elementos que evidenciassem a temática da Educação Prisional dentro das penitenciárias e o Ensino de Ciências; e as palavras-chave utilizadas. Para o levantamento, foram considerados apenas os trabalhos publicados entre os anos de 2011 e 2021, em língua portuguesa.

Com base na busca realizada segundo os critérios definidos, no Portal de Periódicos da Capes foram encontrados 197 artigos. Entretanto, nenhum destes artigos se alinhou nem com os objetivos, nem com a temática proposta neste estudo, considerando-se a Educação Prisional e o Ensino de Ciências. Assim, nenhum dos artigos encontrados foi selecionado para análise, pois apesar de figurarem na busca, não eram coerentes com os objetivos propostos, com base na leitura dos títulos e resumos desses artigos, no período focado.

Ao realizar a pesquisa no Google Acadêmico, foram encontrados 672 trabalhos científicos, incluindo Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações, Teses, capítulos de livros, livros e artigos científicos. Foram destacados para a seleção apenas os artigos científicos contidos nos 100 primeiros resultados da busca, por entender que seriam esses os resultados mais acessados. Ao final, afunilando-se, foram encontrados dez trabalhos, que se alinharam integralmente com os descritores definidos e os critérios de seleção anteriormente mencionados. Entretanto, um destes trabalhos foi excluído das análises, uma vez que, durante o processo de leitura integral deste artigo, não foi possível identificar nenhuma relação com os conceitos de Freire (1987; 1992), Shor e Freire (2000), nem com a Alfabetização Científica, segundo Sasseron (2015). Ao final, os nove artigos selecionados foram organizados, conforme mostra o Quadro 4:

Quadro 4 - Relação dos artigos selecionados para análise com base nos descritores utilizados no Google Acadêmico.

Título do Artigo	Autor(es)
Biologia no Cinema: a Utilização Didática de Filmes no Ensino de Biologia na Educação de Jovens e Adultos do Sistema Prisional de Cajazeiras - PB.	LOURENÇO; BARROS,, 2015.
O Ensino de Ciências na Educação de Jovens e Adultos: uma abordagem CTS como prática educativa no espaço prisional.	MELO; SOUSA; CONTENTE, 2015.
Educação de Jovens e Adultos em Sistemas Prisionais: o uso de filmes como estratégia metodológica para o ensino de biologia.	BARROS; LOURENÇO, 2016.
As Dificuldades Encontradas pela Professora de Ciências no Ensino de Jovens e Adultos (EJA), no Sistema Prisional de Parnaíba- PI.	LEITE <i>et al.</i> , 2016.
Ensino de Química para Privados de Liberdade: possibilidades e desafios da (re)educação de alunos de um centro de recuperação do Estado do Pará.	OLIVEIRA; SILVA; ALMEIDA, 2019.
Margaret Mee e a Flor da Lua: compreendendo a botânica por meio do uso de documentários no ensino de biologia, na EJA prisional de Cajazeiras – PB.	LOURENÇO; BARROS, 2016.
Ciência na Prisão: educação não formal e a formação inicial docente no contexto prisional.	VERSOLATO; ALVES; IZIDORO, 2020.
Trabalhando com Experimentos de Física e Ciências numa Escola Prisional no Brasil.	de MEDEIROS JR., 2021.
Ensinando Química em uma Escola Prisional, por meio de uma Sequência Didática sobre Ácidos e Bases.	MORAES; dos SANTOS, 2021.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto aos procedimentos de análise dos artigos selecionados, tomou-se a obra de Paulo Freire (1987) como principal referência para fundamentar o processo de análise. Entendeu-se que o pensamento freireano seria adequado para fundamentar as análises, já que tal referencial possibilita refletir sobre uma educação que caminha no sentido de buscar reduzir a opressão e possibilitando, talvez, que leve a concretizar um processo de transformação social, na realidade do reeducando, tão relevante no contexto da educação prisional. Entende-se que pensar a educação

prisional com base no referencial freireano possibilita que se desenvolva com os reeducandos/sujeitos relações cada vez mais solidárias e capazes de alterar as barreiras em prol do bem comum.

O processo de análise se deu de modo a investigar, nos artigos selecionados como e se os conceitos freireanos esquematizados no Quadro 2, a saber, o Diálogo, a Problematização e a Transformação Social, se articulavam com o estudo desenvolvido pelos autores de cada artigo, no contexto do Ensino de Ciências e de que modo esses conceitos se alinhavam com o ideal de ressocialização e reintegração do reeducando à sociedade. Além disso, as análises também objetivaram o olhar para a abordagem do conceito de Alfabetização Científica, apresentado nos três eixos fundamentais indicados por Sasseron e Carvalho (2011), correlacionados com o pensamento freireano, justificando a Alfabetização Científica, com base em aproximar o educando/sujeito de um conhecimento e de uma leitura de mundo mais autônoma.

Objetivou-se, neste capítulo, explanar e detalhar a metodologia adotada para a elaboração da pesquisa, buscando dar ao leitor um melhor entendimento quanto aos fundamentos empregados, para se pensar a educação prisional e o Ensino de Ciências, no sentido de apreender de que forma uma prática apoiada no pensamento freireano pode ser geradora de transformação do sujeito. No próximo capítulo, abordaremos os resultados e as discussões sobre os dados coletados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas análises desenvolvidas nesta seção, partiu-se dos pressupostos teóricos construídos outrora (FREIRE, 1987; FREIRE, 1992; SHOR; FREIRE, 2000; SASSERON; CARVALHO, 2011; SASSERON, 2015), buscando compreender como e se o Ensino de Ciências contribui, no contexto da Educação Prisional, para a ressocialização e reintegração do reeducando na sociedade, durante o processo educativo. Para tanto, as análises foram desenvolvidas com apoio nos conceitos de aprendizagem freireanos, sendo eles: o diálogo (FREIRE, 1987), a problematização (FREIRE, 1992) e a transformação social (SHOR; FREIRE, 2000), além da abordagem da Alfabetização Científica (SASSERON, 2015). Desta forma, o intuito das análises, que serão desenvolvidas a seguir, será o de realizar um paralelo entre a aprendizagem científica e a Pedagogia Libertadora de Freire, nas pesquisas sobre Educação Prisional.

Na Educação Prisional, os reeducandos são adultos e possuem uma vasta experiência, representando para o educador um grande desafio, no sentido de fazê-los se interessar pelos conteúdos e por aquilo que pode ser aprendido. Como dizia Paulo Freire (1996, p. 29), “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”. Por essa razão, voltar-se para os estudos que foram desenvolvidos nos últimos anos sobre a Educação Prisional e o Ensino de Ciências faz-se importante para compreender os caminhos tomados nesse período, bem como para possibilitar novas investigações sobre o tema e novas formas de agir. Apesar disso, é imprescindível ressaltar que este é um tema que deve ser debatido por toda a sociedade, não sendo apenas um dever dos educadores e pesquisadores, mas também das políticas públicas que são desenvolvidas nas esferas municipais, estaduais e federal. Sendo assim, a pesquisa aqui proposta não pretende esgotar o assunto e nem abranger a sua totalidade, mas, sim, potencializar as discussões a respeito.

Dentre os artigos selecionados para análise, cabe destacar uma problemática, que foi apontada pela maioria desses trabalhos, a exemplo de Barros e Lourenço (2016) e Leite *et al.* (2016): a formação inicial de professores ainda é bastante deficitária no que se refere à abordagem da educação prisional nos currículos dos cursos de licenciatura, incluindo as áreas de ciências. O educador, que atua na Educação Prisional, pode utilizar os conhecimentos que outrora aprendeu em sua formação e no seu percurso em sala de aula, aliado às experiências dos reeducandos

para possibilitar processos de ressocialização mais exitosos e práticas educativas em que o processo de construção do saber acaba por se configurar como algo dinâmico, por meio da articulação entre a teoria e a prática.

Com base nessas considerações, serão analisados, a seguir, os nove artigos que foram selecionados, alinhados com os objetivos propostos nesta pesquisa.

O primeiro artigo analisado, de autoria de de Medeiros Jr. (2021), trata das possibilidades de se trabalhar experimentos de Física e Ciências, nas escolas prisionais. Logo, a fim de responder as questões propostas, o autor buscou desenvolver experimentos de Física e Química com materiais de baixo custo, que pudessem adentrar os espaços prisionais, buscando também oportunizar uma aprendizagem significativa dentro das penitenciárias. Os resultados demonstraram que é possível trabalhar experimentos envolvendo a Educação Prisional com experimentos simples, de modo a tornar as aulas mais atrativas para os alunos, fazendo com que relacionem os fenômenos estudados com os experimentos dados em salas/celas de aula. Os experimentos colaboraram positivamente na motivação dos reeducandos para que continuassem os estudos após o cumprimento da pena, conforme levantado em questionário aplicado por de Medeiros Jr. (2021), após a aplicação dos experimentos.

Apresentado brevemente o artigo, podemos agora destacar se e de que forma os conceitos da pedagogia freireana se manifestam no trabalho de de Medeiros Jr. (2021), conforme o Quadro 5.1, a seguir. Mesmo não usando literalmente as palavras “diálogo”, “problematização” e “transformação social”, o artigo contemplou de forma qualitativa e descritiva os conceitos freireanos, por meio dos experimentos e questionários realizados.

Quadro 5.1 - Percepções da pesquisadora sobre o artigo de de Medeiros Jr. (2021) com relação aos conceitos da Pedagogia de Paulo Freire.

CONCEITOS DA PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE	IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA COM OS CONCEITOS FREIREANOS
DIÁLOGO	Além de inserir novos conhecimentos aos alunos da escola, os experimentos substanciaram uma humanização na relação entre “futuro” professor e aluno, através dos vários diálogos antes, durante e depois das explicações e o fato dos próprios alunos manusearem alguns experimentos; fazendo-os funcionar na palma da mão e diante dos próprios olhos, confrontando com suas experiências de vida, à medida que relacionavam os assuntos trabalhados e explicados pelos discentes com situações vivenciadas por eles (de MEDEIROS JR., 2021, p. 62).
PROBLEMATIZAÇÃO	Através de um questionário com cinco perguntas simples e objetivas, analisamos as manifestações dos alunos, antes, durante e depois das exposições, ouvindo-os sobre questões relacionadas aos experimentos, além de conversas informais sobre suas vidas e perspectivas futuras, foi possível fazer uma importante análise qualitativa. A análise do Projeto Pedagógico da escola, dos documentos oficiais governamentais e dos vários artigos publicados sobre essa temática, substanciou o vasto referencial bibliográfico dessa pesquisa. Nosso referencial empírico se deu por meio das vozes dos alunos da escola prisional, que foram os principais sujeitos da pesquisa (de MEDEIROS JR., 2021, p. 67).
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	É importante explicitar alguns relatos dos alunos detentos sobre o impacto desse projeto em suas vidas e a contribuição da mesma no aspecto social. Mesmo não tendo espaço nos questionários para escreverem, muitos fizeram questão de registrar suas percepções e visões que tiveram ao participarem das exposições. Os depoimentos demonstraram o agradecimento por levarmos o projeto à escola, reconhecendo que estávamos ali para “ajudar”; após a exposição,

	<p>uma professora me procurou para agradecer a atividade e falar que os alunos adoraram e que ficaram surpresos por conversarmos com eles “olhando” em seus olhos, o que nos deixou ainda mais satisfeitos e emocionados em levar essa pesquisa a uma escola prisional. Muitos relataram a importância que o mesmo trouxe no processo de sua ressocialização e outros enfatizaram o estímulo em continuar seus estudos fora da prisão (de MEDEIROS JR., 2021, p. 71).</p>
--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

Com base nos conceitos destacados e reforçando a defesa de uma Alfabetização Científica, conforme Sasseron (2015), observou-se que o trabalho de de Medeiros Jr. (2021) se alinha com o propósito de possibilitar aos reeducandos a interpretação crítica dos saberes trabalhados em salas/celas de aula, como destacado no quadro 5.2, a seguir. A Alfabetização Científica propõe o caminho e a ideia da investigação, como método de ensino, pois demonstra o papel do professor como solucionador de problemas e mediador de discussões, sejam quais forem as recomendações para atividades de ensino. Na sala/cela de aula, o processo de investigação e os conceitos trabalhados são alinhados às práticas realizadas e conhecedoras do significado da Ciência que, se usada para esse fim, busca ensinar pela troca entre as pessoas o que é ciência e trabalhando modelos científicos com os reeducandos/alunos.

Quadro 5.2 - Percepções da pesquisadora sobre o artigo de de Medeiros Jr. (2021) com relação aos três eixos da Alfabetização Científica, de Sasseron (2015).

Eixos da Alfabetização Científica	IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA COM OS EIXOS DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA
Eixo A – compreensão básica de termos e conceitos científicos.	Durante as exposições, foi observado o interesse dos alunos em participarem e a importância dos experimentos na desmistificação da Física e das Ciências Naturais, contextualizando alguns conceitos teóricos já vistos, principalmente pelos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e do Ensino de Jovens e Adultos (Ensino Médio) (de MEDEIROS JR., 2021, p. 62).
Eixo B – a compreensão da natureza da Ciência e dos	Além de inserir novos conhecimentos aos alunos da escola, os Experimentos substanciaram uma humanização na relação entre “futuro” professor e aluno, através dos vários diálogos antes,

fatores que influenciam sua prática.	durante e depois das explicações e o fato dos próprios alunos manusearem alguns experimentos, fazendo-os funcionar na palma da mão e diante dos próprios olhos, confrontando com suas experiências de vida, à medida que relacionavam os assuntos, trabalhados e explicados pelos discentes, com situações vivenciadas por eles (de MEDEIROS JR., 2021, p. 62).
Eixo C – o entendimento das relações entre Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente	Existem muitos estudos sobre o impacto de uma exposição de Física em regiões carentes (PEREIRA, 2010), e é isso o que queremos propor com os experimentos sugeridos, ensinando Física de forma bem prazerosa, a fim de despertar nos alunos o interesse pela Física e, conseqüentemente, pela Ciência e Tecnologia. Se essa realidade é tão pungente em escolas ditas regulares, o quadro se agrava drasticamente em escolas dentro de Unidades Prisionais, visto que os alunos de fato não têm acesso a laboratórios de ensino e espaços de educação não formais (Santos, et al., 2011), como museus, centros de ciências, etc. que auxiliam a aprendizagem, já que os alunos das escolas prisionais não podem sair para visitarem espaços fora da escola (de MEDEIROS JR., 2021, p. 65).

Fonte: Elaborado pela autora.

O segundo artigo analisado, dos autores Lourenço e Barros (2015), trata de discutir a eficácia do uso de filmes didáticos no ensino de Biologia, no contexto da EJA prisional. E, assim, os autores desenvolveram seu estudo, transmitindo dois filmes, aplicando, posteriormente, questionários e se valendo de discussões em sala/cela de aula. Notou-se que a utilização didática, do uso do filme, começa com a problematização e os filmes trazem aos reeducandos a necessidade da compreensão do conhecimento científico para a sua reintegração à sociedade. Os resultados indicam as potencialidades dos conhecimentos de Biologia em suscitar reflexões sobre temas éticos, sociais, ambientais e econômicos, condizentes com o objetivo de formação cidadã.

Sendo o artigo apresentado brevemente, podemos agora destacar se e de que forma os conceitos da pedagogia freireana se manifestam no trabalho dos autores Lourenço e Barros (2015), conforme o Quadro 6.1, a seguir. Mesmo não explicitando as palavras “diálogo”, “problematização” e “transformação social”, no sentido freireano, o artigo contemplou de forma qualitativa e descritiva os conceitos propostos por Freire (1987; 1992) e Shor e Freire (2000), por meio das discussões em sala/cela

de aula, questionário e filmes.

Quadro 6.1 - Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Lourenço e Barros (2015) com relação aos conceitos da Pedagogia de Paulo Freire.

CONCEITOS DA PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE	IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA COM OS CONCEITOS FREIREANOS
DIÁLOGO	Assim como se tem um benefício na utilização dos filmes como meio de instrumento neste processo de educação biológica, também está acompanhado de seus maléficos, que só vem a surgir quando ocorre uma saturação com excesso de informações transmitidas rapidamente e em que os alunos não têm tempo para assimilar, mas tal saturação é anulada quando tal prática instrumental vem acompanhada e intercalada de discussões, valorizando no alunado a criticidade e a compreensão por parte do filme assistido (LOURENÇO; BARROS, 2015, p. 3).
PROBLEMATIZAÇÃO	Questionados sobre as similaridades e diferenças do filme em comparação ao momento atual, os alunos enfatizaram diversas diferenças sobre os dois contextos, não conseguindo diagnosticar similaridades ao filme. As diferenças mais comuns citadas foram: “Hoje em dia, é possível clonar animais, mas ainda não pessoas (legalmente), mas que já se é possível realizar clones humanos” (Aluno 4). “Os órgãos hoje em dia são doados por doadores e não clonados, sabendo-se que não pode clonar seres humanos” (Aluno 5). “As tecnologias avançadas, por exemplo, as motos do filme que se movimenta pelo ar” (Aluno 6) (LOURENÇO; BARROS, 2015, p. 7).
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	Por meio do questionário de discussão, podemos perceber o desenvolvimento cognitivo dos alunos quanto à aprendizagem por meio do filme supramencionado (...) Como instrumento didático, a apresentação destes filmes como facilitador no processo de construção do conhecimento biológico, além de fomentar uma aprendizagem significativa, levantou nos alunos opiniões críticas

	sobre o ponto de vista ético e moral, onde quaisquer que seja o ser 'vivo', e quaisquer o meio de sua 'criação', o direito a vida é constitucionalmente defendida pela comunidade científica e pela própria sociedade (LOURENÇO; BARROS, 2015, p. 5-11).
--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Com fundamento no artigo analisado, de autoria de Lourenço e Barros (2015), o trabalho demonstrou possíveis inter-relações entre o conceito de Alfabetização Científica e o pensamento freireano, no que se refere aos debates éticos, sociais, ambientais e econômicos no ensino de Biologia, conforme o Quadro 6.2, a seguir. Isto porque, parte-se do pressuposto de que todos os reeducandos, antes de se alfabetizarem cientificamente, possuem formas únicas e teorias subjacentes que fundamentam sua análise e percepção dos fenômenos sociais e naturais ao seu redor.

Quadro 6.2 - Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Lourenço e Barros (2015) com relação aos três eixos da Alfabetização Científica, de Sasseron (2015).

Eixos da Alfabetização Científica	IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA COM OS EIXOS DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA
Eixo A – compreensão básica de termos e conceitos científicos.	Os alunos afirmaram ter gostado do filme, assim como também estar relacionado a conteúdos da biologia, sendo citada por todos os alunos a relação sobre doenças, e tendo ainda citações relacionando-o ao Vírus e AIDS em conjunto ao primeiro termo descrito. Sobre a ideia do filme especificamente, o mesmo traz as relações supracitadas pelos alunos, tal que, a história se passa em torno de um menino que foi contaminado pelo vírus do HIV após uma transfusão sanguínea (LOURENÇO; BARROS, 2015, p. 8).
Eixo B – a compreensão da natureza da Ciência e dos fatores que influenciam sua prática.	Em sala de aula é frequente a explicação de determinado assunto, para posteriormente aplicar os conceitos em exemplos da vida cotidiana. Através do uso de filmes, pode-se justamente fazer o caminho contrário, a partir de uma problematização trazida pelo filme os alunos sentirão a necessidade de aprender conhecimentos científicos para melhor compreender as situações que foram vistas e que estão relacionadas ao seu cotidiano (LOURENÇO; BARROS, 2015, p. 1).
Eixo C – o entendimento das relações entre Ciência,	Como visto nos comentários sobre as diferenças perceptíveis que os alunos conseguiram descrever, a principal questão levantada é

Tecnologia, Sociedade e Ambiente.	sobre a ilegalidade e que atualmente a clonagem humana eticamente seria ilegal, mesmo que se fosse permitido pela sociedade científica, e que por meio desta utilizar os clones como instrumento para a obtenção de órgãos para benefício próprio. O questionamento sobre o porquê usar clones para retirar órgãos para serem colocados em seus patrocinadores (os donos do clone), a discussão feita acerca deste fato se desenrola em razão ao número de pessoas que necessitam de transplantes e não são compatíveis e/ou não possuem doadores e por sua vez também pela razão da quantidade de pessoas que acabam entrando em uma lista de espera para receberem um órgão (LOURENÇO; BARROS, 2015, p. 7).
-----------------------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse sentido, a Alfabetização Científica não pode ser pensada como uma imposição de uma visão dogmática do mundo, mas respeitando uma forma particular de interpretar o mundo do reeducando. Freire (1987) não descarta o conhecimento popular, pois esse conhecimento não deve ser considerado “bom” ou “ruim” ou “errado” ou “certo”, mas deve-se reconhecer suas práticas e inter-relacioná-las ao conhecimento científico. Esse conhecimento ampara o reeducando para a sua emancipação de interpretação de mundo.

O terceiro artigo analisado, dos autores Barros e Lourenço (2016), trata do Ensino de Biologia na Educação de Jovens e Adultos nas prisões, em uma perspectiva teórica, buscando debater as potencialidades do uso de filmes nessa área do conhecimento. A tese dos autores é que a estratégia do uso de filmes atua como facilitadora no ensino e pesquisa em Biologia. Os estudos enfatizam que é preciso estar atento às limitações do contexto prisional, que é singular, mas também não reduzir o processo educativo à escolarização. Consequentemente, é preciso conhecer a realidade em que se vai atuar, bem como a estrutura do pensamento do reeducando, produzindo conhecimento e conectando-o a novas culturas, fazendo o possível para incluí-lo na sociedade.

Sendo o artigo apresentado brevemente, podemos agora destacar se e de que forma os conceitos da pedagogia freireana se manifestam no trabalho dos autores Barros e Lourenço (2016), conforme o Quadro 7.1, a seguir. Neste artigo, em particular, foram utilizados os conceitos freireanos como fundamento para as discussões realizadas, de modo que várias foram as menções diretas a Paulo Freire

e a outros autores desse mesmo campo teórico. Assim, o artigo contemplou diretamente os conceitos freireanos, por meio da abordagem teórico-metodológica.

Quadro 7.1 - Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Barros e Lourenço (2016) com relação aos conceitos da pedagogia de Paulo Freire.

CONCEITOS DA PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE	IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA COM OS CONCEITOS FREIREANOS
DIÁLOGO	Paulo Freire assinala que ‘nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais’ (FREIRE, 1983, <i>apud</i> CAVALCANTE, 2011, p. 16); neste sentido, é importante que a educação (em todas as modalidades, inclusive a educação prisional) favoreça a autorreflexão e o diálogo (BARROS; LOURENÇO, 2016, p. 8).
PROBLEMATIZAÇÃO	Portanto, caberá aos professores conscientizar os seus alunos que estar na prisão não é opção de vida, mas circunstância advinda da marginalização que foi e ainda é imposta por políticas públicas inconvenientes e desconectadas da realidade. Sob esta ótica, o professor deve se entender como condutor da liberdade vinculada à consciência, à reflexão sobre a vida, sobre a cidadania e sobre a dignidade que foi negada, mas que é possível de ser reconquistada (BARROS; LOURENÇO, 2016, p. 6).
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	O ensino de biologia na educação de jovens e adultos em prisões deve estar pautado na formação de indivíduos críticos e reflexivos, que sejam capazes de vivenciarem e utilizarem os conhecimentos em sua vida cotidiana, podendo fazer novas descobertas úteis, utilizando para benefício próprio, além de auxiliar no processo de “quebra prisional”, que por sua vez, possibilita que o trabalho didático/pedagógico forneça estímulos a ressocialização (BARROS; LOURENÇO, 2016, p. 1).

Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se, no artigo de Barros e Lourenço (2016), a abordagem da Alfabetização Científica na perspectiva teórica, conforme o quadro 7.2, no sentido de focalizar a natureza do conhecimento biológico e das estratégias utilizadas no seu ensino, defendendo um Ensino de Biologia que não tenha um fim em si mesmo, mas que se relacione com os demais ramos da ciência e com a realidade do reeducando. Estas considerações são necessárias para compreender também a alfabetização proposta por Freire (1987), que almeja possibilitar ao sujeito a leitura do mundo, no sentido de proporcionar a construção de uma cidadania mais igualitária pelos sujeitos que a compõem.

Quadro 7.2 - Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Barros e Lourenço (2016) com relação aos três eixos da Alfabetização Científica, de Sasseron (2015).

Eixos da Alfabetização Científica	IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA COM OS EIXOS DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA
Eixo A – compreensão básica de termos e conceitos científicos.	Tendo em vista o desenvolvimento educacional nos ambientes prisionais e as novas tecnologias pedagógicas para o ensino, um dos recursos mais utilizados pelos profissionais da educação atualmente é a apresentação de filmes didáticos que, além de propiciar momentos de diversão e/ou lazer, trazendo informações, ajudando a refletir ou complementarem assuntos científicos e biológicos tratados em sala de aula e na própria sociedade, é necessário ter uma visão crítica desses filmes, pois em especial, quando o assunto é ciências, é preciso estar atento a possíveis inconsistências entre a verdade científica e aquilo que é apresentado na história (BARROS; LOURENÇO, 2016, p. 10).
Eixo B – a compreensão da natureza da Ciência e dos fatores que influenciam sua prática.	Sabemos das inúmeras críticas que têm sido historicamente atribuídas ao ensino das ciências, em principal, a biologia, sendo ela acusada de privilegiar a descrição e a memorização, tendo as aulas e avaliações desta disciplina, muitas vezes apreendidas como pouco significativas para além do próprio universo. Isto significa dizer que, em alguns casos, temos valorizado conteúdos e métodos de ensino que deveriam ser apreendidos para que os estudantes apenas saibam os próprios conhecimentos biológicos, sem maiores conexões da biologia com todas as demais ciências agregando um conhecimento em um todo (BARROS; LOURENÇO, 2015, p. 7).
Eixo C – o entendimento das relações entre Ciência,	Se encararmos a Biologia como meio e não como fim em si mesmo, selecionando conteúdos significativos, que favoreçam a

Tecnologia, Sociedade e Ambiente.	construção de competências, ela pode ajudar nossos alunos a fazer escolhas mais sábias, estando também mais aptos a emitir opiniões sobre questões bioéticas e de pesquisas. Esse aluno, letrado para o uso crítico de múltiplas modalidades de linguagens e tecnologias, poderá exercer de fato sua cidadania, transitar por vários contextos e ser protagonista de sua história, não tendo a biologia como disciplina curricular da escola, mas sim, tendo-a como suporte para a formação de um ser mais ativo no meio (BARROS; LOURENÇO, 2015, p. 8).
-----------------------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora.

O quarto artigo analisado, das autoras Melo, Souza e Contente (2015), buscou evidenciar os caminhos de Ensino de Ciências/Física na perspectiva Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), de acordo com a inserção da prática educativa no espaço prisional, apresentando alternativas para o Ensino de Ciências, na perspectiva CTS. A pesquisa se desenvolveu por parte de uma professora/pesquisadora atuante nas salas/celas de aula. Os resultados indicam a potencialidade das questões sociocientíficas na abordagem CTS, como ferramenta no Ensino de Ciências, no enalço de promover a cidadania e a reintegração do reeducando na sociedade.

Em se tratando das questões do escopo da CTS, com base no trabalho de Melo, Sousa e Contente (2015), as questões sociocientíficas podem potencializar a Alfabetização Científica, sendo essa abordagem uma importante aliada da Educação Prisional para o despertar da cidadania, do sentimento de pertencimento e para a sua transformação social, como proposto por Shor e Freire (2000), assim permitindo que os reeducandos se apropriem do conhecimento científico e sejam promovidas mudanças em benefício das pessoas, da sociedade e do meio ambiente.

Sendo o artigo apresentado brevemente, podemos agora destacar se e de que forma os conceitos da pedagogia freireana se manifestam no trabalho das autoras Melo, Sousa e Contente (2015), conforme o Quadro 8.1, a seguir. Neste artigo, em particular, foram utilizados os conceitos freireanos, como fundamento para as discussões realizadas, de modo que várias foram as menções diretas a Paulo Freire e a outros autores desse mesmo campo teórico. Assim, o artigo contemplou diretamente os conceitos freireanos, por meio da abordagem CTS e de questões sociocientíficas.

Quadro 8.1 - Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Melo, Souza e Contente (2015) com relação aos conceitos da Pedagogia de Paulo Freire.

CONCEITOS DA PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE	IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA COM OS CONCEITOS FREIREANOS
DIÁLOGO	A adoção da abordagem CTS possibilita maior interação entre a triangulação: professor- aluno-conhecimento, haja vista que todos podem participar de forma ativa do processo de construção de conhecimentos mediante diálogos que se desenvolvem no decorrer da exploração de uma referida questão ou tema sociocientífico (MELO; SOUZA; CONTENTE, 2015, p. 8).
PROBLEMATIZAÇÃO	De uma forma geral as questões sócio científicas com abordagem CTS no ensino de Ciências/Física tomam duas direções: uma como temas controversos e outra como conteúdos problematizados em que ambas abrangem diversas causas, como as já citadas. Não sendo objetivo deste, escolher qual direcionamento tomar (MELO; SOUZA; CONTENTE, 2015, p. 5).
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	Todo esse processo pode ser observado nas práticas educativas, no ensino de ciências/Física, de uma professora-pesquisadora que atua na Educação de Jovens a Adultos privados de liberdade. Estes encontram no espaço escolar da prisão um forte dispositivo de diminuição dos efeitos da prisionização que a levou a pensar em de que forma a educação científica pode ajudar a transformar a vida dessas pessoas, que “caíram” no mundo do crime, estando privados de liberdade possa prepará-los ao retorno à vida social (MELO; SOUZA; CONTENTE, 2015, p. 3-4).

Fonte: Elaborado pela autora.

Do ponto de vista histórico/humano, é certo que o progresso do Ensino de Ciências e de qualquer empreendimento feito pelo sujeito está relacionado com questões de ordem social, cultural, política e histórica. Nesse sentido, a abordagem utilizada por Melo, Souza e Contente (2015) contempla, por meio da abordagem CTS, os eixos da Alfabetização Científica, conforme o Quadro 8.2, visto a preocupação das

autoras do artigo analisado com a natureza do conhecimento científico e sua relação com a realidade do reeducando e as questões sociocientíficas.

Quadro 8.2 - Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Melo, Souza e Contente (2015) com relação aos três eixos da Alfabetização Científica, de Sasseron (2015).

Eixos da Alfabetização Científica	IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA COM OS EIXOS DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA
Eixo A – compreensão básica de termos e conceitos científicos.	Nessa perspectiva, o ensino de ciências deve ser planejado e desenvolvido de modo que considere as ideias dos alunos, sua capacidade crítica para tomadas de decisão (SANTOS, MORTIMER, 2001), partindo da integração entre os conhecimentos basilares que permeiam os conteúdos curriculares com os conhecimentos implícitos em sua vida social, vislumbrando a possibilidade da promoção de uma visão mais integrada do conhecimento e a compreensão de mundo, de maneira a estabelecer relações entre as Ciências, suas aplicações e implicações, sejam elas de natureza social, política, econômica ou ambiental (MELO; SOUZA; CONTENTE, 2015, p. 6).
Eixo B – a compreensão da natureza da Ciência e dos fatores que influenciam sua prática.	Ao colocar nas aulas de ciências/Física discussões que giram em torno dos problemas e desafios sociocientíficos enfrentados na sociedade contemporânea, mediante a dialogicidade postulada por Freire, as práticas educativas se tornam significantes para os alunos, uma vez que a maioria que se encontram nas “celas” de aula estão fora da escola há um tempo considerável, dificultando assim boa parte da dinâmica estabelecida nos currículos e conteúdo a serem ministrados. Isso se agrava, principalmente, quando estamos falando de disciplinas ditas científicas, como exemplo a Física, Química e Biologia (MELO; SOUZA; CONTENTE, 2015, p. 6).
Eixo C – o entendimento das relações entre Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente.	Como forma de proporcionar a reintegração social dos estudantes jovens e adultos privados de liberdade, através das práticas educativas no ensino de ciências/Física de uma professora-pesquisadora tem-se a inserção de questões ou temas sociocientíficos com abordagem CTS. É importante destacar na prática docente discussões sobre questões ambientais, políticas, econômicas, questões sociais e culturais relativas à Ciência no contexto escolar (MELO; SOUZA; CONTENTE. 2015, p. 5).

Fonte: Elaborado pela autora.

O quinto artigo analisado, de autoria de Leite *et al.* (2016), trata das dificuldades

enfrentadas por uma professora no contexto da EJA prisional. O objetivo da pesquisa consistiu em analisar a vivência e as dificuldades encontradas por uma educadora e as potencialidades desse processo formativo em proporcionar aos reeducandos uma formação cidadã e o retorno à sociedade. Os resultados apontaram para a reflexão junto à professora sobre a importância da EJA prisional na formação inicial e continuada de professores. A prática profissional é palco de insegurança, estruturação e desestruturação de conhecimentos. Além de terem de lidar com uma nova situação a cada tempo e a cada aula, os educadores constroem seu saber pedagógico, que não é único nem estático, precisando ser permanentemente reconstruído.

Apresentado o artigo brevemente, podemos agora destacar se e de que forma os conceitos da pedagogia freireana se manifestam no trabalho das autoras Leite *et al.* (2016), conforme o Quadro 9.1, a seguir. Neste artigo, foram utilizados, uma vez mais, os conceitos freireanos como fundamento para as discussões realizadas, de modo que várias foram as menções diretas a Paulo Freire e a outros autores desse mesmo campo teórico. Assim, o artigo contemplou diretamente os conceitos freireanos na problematização da experiência docente da professora, que faz parte da pesquisa, e nas discussões sobre formação inicial e continuada.

Quadro 9.1 - Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Leite *et al.* (2016) com relação aos conceitos da Pedagogia de Paulo Freire.

CONCEITOS DA PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE	IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA COM OS CONCEITOS FREIREANOS
DIÁLOGO	<p>Ao fazermos a seguinte pergunta: Como você classifica a relação com os estudantes privados de liberdade?</p> <p>() fácil diálogo () difícil diálogo () outra forma.</p> <p>A professora nos sinalizou que sua relação com os alunos era de fácil diálogo. A educação é a única forma para se melhorar o mundo e as pessoas. Por isso, a importância de se trabalhar com amor, independente de lugar, se é feito com boa vontade, o objetivo do qual é almejado, será alcançado (LEITE <i>et al.</i>, 2016, p. 7).</p>

<p style="text-align: center;">PROBLEMATIZAÇÃO</p>	<p>Assim, foi possível conhecer as dificuldades encontradas pela professora que atua no ensino da EJA no âmbito prisional, com seus problemas no decorrer da sua rotina educacional e sua concepção de trabalhar com alunos do sistema carcerário, sendo constada como principal preocupação da docente entrevistada a segurança dentro do âmbito carcerário, porém mesmo diante os desafios a mesma relatou gostar do trabalho com a clientela em questão, pois para ela é algo gratificante. Tais relatos promoveram assim uma reflexão sobre a importância dessa modalidade dentro da formação inicial e continuada (LEITE <i>et al.</i>, 2016, p. 1-2).</p>
<p style="text-align: center;">TRANSFORMAÇÃO SOCIAL</p>	<p>Percebe-se pela resposta da [professora], que trabalhar com alunos/presos, tornou-se muito gratificante, pois, os mesmos estudariam por sua própria vontade e não porque era imposto. Influenciar de forma positiva na mudança de vida e no senso crítico desses discentes apenas demonstra ser para a docente instigante e desafiador. E vem a corroborar com esse pensamento, “E ao pensar na educação do homem preso não se pode deixar de considerar que o homem preso é inacabado, incompleto, se constitui ao longo de sua existência e que tem a vocação de ser mais, o poder de fazer e refazer, criar e recriar” (FREIRE, 1983, p.81) (LEITE <i>et al.</i>, 2016, p. 8-9).</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

A abordagem da alfabetização científica no artigo de Melo *et al.* (2016) não foi observada de maneira integral, conforme indica o Quadro 9.2. Ao tomar como objeto de estudo a vivência de uma professora na Educação Prisional, observa-se o foco nas práticas da professora e na forma como estrutura e trabalha seus conteúdos, mas não foi possível identificar elementos relacionados ao Eixo C, quanto ao entendimento das relações entre Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente. Apesar disso, é importante destacar que a Alfabetização Científica deve se encontrar em um estado permanente de evolução; é preciso buscar novos conhecimentos, novos métodos de

abordagem para ensinar o reeducando, com análises, novos experimentos e novas situações; pois é com esses meios/métodos e/ou situações/problemas que o novo conhecimento irá influenciar no processo de construção de autonomia, de criticidade, de escolha, de posicionamento político e entendimento entre a ciência, a sociedade e diferentes áreas do conhecimento, ampliando o escopo e as perspectivas associadas à Alfabetização Científica.

Quadro 9.2 - Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Leite *et al.* (2016) com relação aos três eixos da Alfabetização Científica, de Sasseron (2015).

Eixos da Alfabetização Científica	IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA COM OS EIXOS DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA
Eixo A – a compreensão básica de termos e conceitos científicos.	Os educadores e envolvidos têm o cuidado de oferecerem suporte aos discentes para construção de seus conhecimentos. A dedicação e o empenho para que os alunos possuam material necessário, demonstrado pela docente de ciências, nos remete a importância da construção do aprendizado através das práticas e das demonstrações em sala de aula, assim como a pesquisa em outras fontes que não seja somente o livro didático (LEITE <i>et al.</i> , 2016, p. 6).
Eixo B – a compreensão da natureza da Ciência e dos fatores que influenciam sua prática.	A preocupação do ensino de Ciências é fazer com que o indivíduo sinta que a vida possui algo especial para cada um de nós, além disso, é necessário observar que as ciências se preocupam em comprovar o porquê de cada tempo, de cada mudança, dando significado ao ser (LEITE <i>et al.</i> , 2016, p. 3).
Eixo C – o entendimento das relações entre Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente.	Não há.

Fonte: Elaborada pela autora.

O sexto artigo analisado, de autoria de Versolato, Alves e Izidoro (2020), apresenta a Banca da Ciência como uma proposta de intervenção dialógica e crítica da ciência na educação não formal, no contexto da EJA prisional. Os autores consideram de suma importância a capacitação profissional, para que se possa construir saberes em espaços não formais de ensino. Além das Bancas da Ciência, foram desenvolvidos dois grupos de discussão, com o objetivo de verificar as contribuições da Banca da Ciência na formação dos futuros professores, que atuaram

como mediadores dessas atividades. Os resultados revelam que o processo de difusão científica desenvolvido contribuiu diretamente para a formação dos mediadores, provocando reflexões sobre o trabalho na EJA prisional.

Assim, Versolato, Alves e Izidoro (2020) se apoiam no referencial freireano, defendendo que a “Pedagogia do Oprimido” pode ser vista como uma pedagogia humanista e libertadora, tendo ela dois vieses diferentes: o primeiro, em que os oprimidos acabam por desvelar o seu mundo de opressão e se comprometem, na práxis, com a sua transformação, entendendo que todos os sujeitos são seres inacabados; em um segundo ponto, uma vez já transformada a realidade opressora, a “Pedagogia do Oprimido” se transforma em uma pedagogia de processo permanente rumo à libertação. Dentro da EJA, em espaços de privação da liberdade, observa-se que tais práticas oportunizam discussões do âmbito político, econômico, além das questões sociais e culturais. Nesse cenário, a Alfabetização Científica é um importante aliado na educação para a cidadania do reeducando, pois é projetada para permitir que os reeducandos se apropriem do conhecimento científico. No caso, do trabalho de Versolato, Alves e Izidoro (2020), por meio da Banca da Ciência.

Como o artigo deve ser apresentado brevemente, podemos agora destacar se e de que forma os conceitos da pedagogia freireana se manifestam no trabalho dos autores Versolato, Alves e Izidoro (2020), conforme o Quadro 10.1, a seguir. Neste artigo, foram utilizados, também, os conceitos freireanos, como fundamento para as discussões realizadas, de modo que várias foram as menções diretas a Paulo Freire e a outros autores desse mesmo campo teórico. Assim, o artigo contemplou diretamente os conceitos freireanos, relacionando-os com o processo de formação de professores no Ensino de Ciências, através da Banca da Ciência e dos grupos de discussão.

Quadro 10.1 - Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Versolato, Alves e Izidoro (2020) com relação aos conceitos da Pedagogia de Paulo Freire.

CONCEITOS DA PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE	IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA COM OS CONCEITOS FREIREANOS
DIÁLOGO	“É justamente por meio dessa perspectiva dialógica que acreditamos ser possível um trabalho de difusão científica aproximando ciência e sociedade, lembrando sempre que o diálogo efetivo e verdadeiro não pode ser construído em

	<p>uma via de mão única. É necessário estar atento para não cair em práticas depositantes de um falso saber, que anula o espírito crítico, serve à domesticação dos homens e instrumentaliza a invasão cultural. O que devemos buscar é a comunicação (FREIRE, 2018) (VERSOLATO; ALVES; IZIDORO, 2020, p. 5).</p>
PROBLEMATIZAÇÃO	<p>Se não for em uma perspectiva dialógica e problematizadora, a educação não formal pode ser tão classista, alienante, estática e uniformizada quanto a formal. Apresentar a educação não formal como remédio e solução para as desigualdades educacionais e sociais e para os vícios em que a escola formal muitas vezes cai é tão simplista quanto recusar sua colaboração para facilitar o acesso mais amplo e justo a uma educação de maior qualidade e para todos (VERSOLATO; ALVES; IZIDORO, 2020, p. 4).</p>
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	<p>Em nossa experiência, verificamos indícios objetivos de que participar desse processo interativo de difusão científica na educação não formal, Banca da Ciência, com os educandos privados de liberdade permitiu uma aproximação que trouxe contribuições na formação dos mediadores, que são os futuros professores, fazendo-os refletir sobre as especificidades do trabalho com o público da EJA e, além disso, levou os a pensar o papel da difusão científica e da educação não formal no processo de aproximação da população, inclusive a carcerária, do conhecimento científico (VERSOLATO; ALVES; IZIDORO, 2020, p. 15).</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

A educação proposta por Freire (1987; 1992) e Shor e Freire (2000), que valoriza as experiências dos educandos antes, durante e depois da escola proporciona uma alfabetização para toda a vida. De maneira semelhante, a Banca da Ciência desenvolvida por Versolato, Alves e Izidoro (2020) não só contribuiu para

aproximar os reeducandos do conhecimento científico e de uma compreensão da natureza desse conhecimento, promovendo a Alfabetização Científica (Quadro 10.2), como também suscitou nos mediadores processos de reflexão e formação da prática docente na EJA, também no contexto da Alfabetização Científica.

Quadro 10.2 - percepções da pesquisadora sobre o artigo de Versolato, Alves e Izidoro (2020) com relação aos três eixos da Alfabetização Científica, de Sasseron (2015).

Eixos da Alfabetização Científica	IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA COM OS EIXOS DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA
Eixo A – compreensão básica de termos e conceitos científicos.	A Banca da Ciência atua na difusão científica de forma interativa e dialógica, com a intenção de aproximar seus participantes do conhecimento científico. Esse processo interativo tem efeitos tanto nos visitantes como nos mediadores, de forma análoga ao que afirma Freire (2017) sobre a relação docente-discente (VERSOLATO; ALVES; IZIDORO, 2020, p. 126).
Eixo B – a compreensão da natureza da Ciência e dos fatores que influenciam sua prática.	A BC [Banca da Ciência] tem também como umas das suas preocupações a formação dos mediadores que atuam nos processos interativos. Buscamos sempre pontuar a importância dessa mediação. As atividades de difusão científica desenvolvidas possuem relacionam-se com os cursos de graduação da universidade e representam importante valor formativo profissional para os estudantes dessas diversas áreas contribuindo, em especial, com a formação dos futuros professores. Para além de serem mediadores, os graduandos participaram de conversas e orientações para pensar e definir quais experimentos seriam apropriados para o público em questão e refletiram também sobre qual seria o tipo de postura a ser utilizar na intervenção (VERSOLATO; ALVES; IZIDORO, 2020, p. 127).
Eixo C – o entendimento das relações entre Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente.	A ciência e a tecnologia são patrimônios da humanidade e a população deve ter acesso a esse conhecimento. Seus efeitos e prejuízos serão divididos com todos, apesar de os benefícios, hoje, estarem restritos a apenas alguns. Pensando nessa dificuldade de acesso à educação nas prisões, acarretada por diversos fatores, essas atividades de difusão científica e popularização da ciência realizadas, por meio da educação não formal, tiveram como objetivo aproximar esse segmento social do conhecimento científico, levando esse conhecimento para um ambiente onde até mesmo a educação formal, que é garantida por lei, ocorre de

	maneira escassa e, algumas vezes, precária (VERSOLATO; ALVES; IZIDORO, 2020, p. 136).
--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

O sétimo artigo, dos autores Lourenço e Barros (2016), corresponde ao resultado da experiência pedagógico-metodológica de utilização de documentários didáticos, no ensino de botânica, vivenciadas com o Ensino Médio da EJA prisional. Os documentários, para os autores, representam um recurso valioso e insubstituível para determinadas situações de aprendizagem, pois conceitos e situações podem ser vistas e apreendidas rapidamente, quando os reeducandos observam os detalhes do processo e repetem essa observação tantas vezes quantas forem necessárias. Assim, foram utilizadas para a pesquisa duas salas de aula, que, após a exibição do documentário, responderam a um formulário de discussão e foram convidadas a desenhar algo que ilustrasse a ideia do que assistiram. Assim, os resultados mostram que os documentários podem ser eficientes na construção de conhecimentos em Botânica, juntamente com uma formação crítica sobre os temas trabalhados.

Apresentado brevemente o artigo, podemos agora destacar se e de que forma os conceitos da pedagogia freireana se manifestam no trabalho dos autores Lourenço e Barros (2016), conforme o Quadro 11.1, apresentado a seguir. Neste artigo, não foi possível identificar a presença dos conceitos propostos por Freire (1987; 1992) e Shor e Freire (2000), a não ser a problematização, de maneira bastante incipiente. Desta forma, o artigo não contemplou diretamente os conceitos freireanos, uma vez que a problematização aparece deslocada, dada a ausência de diálogo freireano e de resultados que indicam transformação social.

Quadro 11.1 - Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Lourenço e Barros (2016) com relação aos conceitos da Pedagogia de Paulo Freire.

CONCEITOS DA PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE	IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA COM OS CONCEITOS FREIREANOS
DIÁLOGO	Não há.
PROBLEMATIZAÇÃO	A adoção de variadas modalidades didáticas no ensino de biologia proporciona aos alunos a oportunidade de manifestarem suas múltiplas variáveis concepção e inteligências, uma vez que os recursos audiovisuais enriquecem a aula de uma maneira não apenas ilustrativa, mas

	problematizando os conteúdos abordados, proporcionando assim uma diversidade de metodologias no ensino de biologia na Educação Básica (LOURENÇO; BARROS, 2016, p. 6).
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	Não há.

Fonte: Elaborado pela autora.

Com base na experiência pedagógica desenvolvida por Lourenço e Barros (2016), correlacionar a Alfabetização Científica, o Ensino de Ciências e a Educação Prisional oportuniza ao reeducando conhecer uma área específica bem como as transformações dessa área, que, por sua vez, trazem novos conhecimentos, que podem ser observados na relação com o cotidiano, sendo a Botânica uma área de extrema relevância para a contribuição e para a formação dos saberes, fato que se manifesta seguidamente no dia a dia das pessoas.

Assim, vislumbrou-se o propósito da análise deste artigo sobre Botânica, em que se buscou a compreensão dos reeducandos sobre a utilização de documentários, de modo a transpor algumas barreiras de aprendizagem, além de possibilitar que compreendessem a importância dos documentários, como ferramenta de Alfabetização Científica (Quadro 11.2), para uma maior compreensão de mundo.

Quadro 11.2 - Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Lourenço e Barros (2016) com relação aos três eixos da Alfabetização Científica, de Sasseron (2015).

Eixos da Alfabetização Científica	IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA COM OS EIXOS DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA
Eixo A – compreensão básica de termos e conceitos científicos.	Os resultados obtidos mostram que o uso do instrumento didático foi eficiente na construção dos conhecimentos em botânica, possibilitando aos alunos o questionamento, discussão e reflexão sobre a importância das plantas no contexto social, econômico, histórico, cultural e ecológico, assim como, a sua própria história evolutiva e adaptações (LOURENÇO; BARROS, 2016, p. 1).
Eixo B – a compreensão da natureza da Ciência e dos fatores que influenciam sua prática.	O ensino de Biologia deve proporcionar a construção de conhecimentos relativos à diversidade ambiental das espécies vegetais, assim como reconhecer sua história evolutiva e adaptativa (...) Desta forma, no atual modelo de educação, sugere-se a implantação de metodologias inovadoras para o desenvolvimento de conteúdos com maiores níveis de complexidade, fazendo-se necessário relacionar os conceitos em sala de aula, através de observações e fatos do cotidiano, de modo

	que se possa produzir significado aos aspectos do processo de ensino e aprendizagem (LOURENÇO; BARROS, 2016, p. 2-7).
Eixo C – o entendimento das relações entre Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente.	As tecnologias modernas e sofisticadas usadas nos filmes, televisão e vídeoteipes, entre outros, fazem parte do dia a dia do aluno, diminuindo as barreiras entre a vida e a escola. Os documentários assim representam um recurso valioso e insubstituível para determinadas situações de aprendizagem, pois, podem ser vistas e apreendidas situações e conceitos rapidamente, quando os alunos observam os detalhes do processo e repetem essa observação tantas vezes quanto forem necessárias. (LOURENÇO; BARROS, 2016, p. 2).

Fonte: Elaborado pela autora.

No oitavo artigo das autoras Oliveira, Silva e Almeida (2019), o estudo empregou o método de pesquisa-ação, coletando informações pelas entrevistas com reeducandos e com um educador de Química. As pesquisadoras objetivaram, com esse trabalho, elaborar “situações de discussão”, promovendo reflexões para suscitar estratégias e atividades para o ensino de química aos reeducandos no Estado do Pará. A pesquisa apurou que é quase nula a formação continuada para professores que atuam neste contexto, ou seja, na Educação Prisional; faltam materiais didáticos e os reeducandos frequentemente correlacionam a Química às suas práticas com o crime. Foi criada uma oficina e empregadas atividades lúdicas, como intervenções com experimentos em sala/cela de aula.

Apresentado brevemente o artigo, podemos agora destacar se e de que forma os conceitos da pedagogia freireana se manifestam no trabalho das autoras Oliveira, Silva e Almeida (2019), conforme o Quadro 12.1, apresentado a seguir. Mesmo não contemplando literalmente as palavras “diálogo”, “problematização” e “transformação social”, o artigo contemplou de forma qualitativa e descritiva os conceitos freireanos, por meio da prática de pesquisa-ação em uma instituição prisional.

Quadro 12.1 - percepções da pesquisadora sobre o artigo de Oliveira, Silva e Almeida (2019) com relação aos conceitos da Pedagogia de Paulo Freire.

CONCEITOS DA PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE	IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA COM OS CONCEITOS FREIREANOS
DÍALOGO	Mediante o diálogo realizado, através das entrevistas com os alunos, foi possível propor e aprimorar a prática pedagógica para o ensino de

	<p>Química, fazendo com que a performance do aluno também fosse influenciada, durante o processo de ensino aprendizagem (OLIVEIRA; SILVA; ALMEIDA, 2019, p. 134).</p>
<p>PROBLEMATIZAÇÃO</p>	<p>“Para ampliar a concepção que os alunos tinham sobre a Química, foi trabalhado o assunto de maneira lúdica, utilizando para isso dois livros da autora Mariza Magalhães (2014, 2015), “Química da cabeça aos pés” e “Tudo o que você faz tem a ver com Química”. (...) com isso, foi possível ensinar, mesmo que não sendo o foco da aula, a democracia e o saber ouvir e respeitar a opinião do outro, uma vez que todos os estudantes tiveram voz e escolha. Tal medida é assegurada por Onofre (2009a, p. 09), pois a autora esclarece que é preciso cruzar as disciplinas transversalmente, com temas de direitos humanos, cidadania, conhecimento de leis e normas, documentos pessoais e de trabalho, que lhe permitam dotar-se de ferramentas que garantam uma reinserção social mais sólida e crítica (OLIVEIRA; SILVA; ALMEIDA, 2019, p. 129-130).</p>
<p>TRANSFORMAÇÃO SOCIAL</p>	<p>Ao final desta intervenção foi perguntado aos alunos, por meio oral, durante a aula, se eles viam a relação da Química em seu cotidiano. A resposta dos estudantes já era totalmente diferente das primordialmente coletadas, conseguindo eles associar a Química a cosméticos, medicamentos, frutas, hormônios humanos, entre outros, o que nos permite dizer que a metodologia utilizada surtiu efeitos positivos na compreensão do conteúdo pelos alunos (OLIVEIRA; SILVA; ALMEIDA, 2019, p. 131).</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

A prática de pesquisa empregada no artigo de Oliveira, Silva e Almeida (2019) levou a ser o mesmo entendido dentro dos eixos da Alfabetização Científica, conforme o Quadro 12.2, sobretudo pelo método de pesquisa-ação utilizado pelas autoras, como forma de proporcionar a compreensão da Química para além das drogas, dos

materiais tóxicos, aproximando-a dos produtos do nosso cotidiano. Nesse sentido, a abordagem dos conhecimentos de Química implica a compreensão de que a Alfabetização Científica dos reeducandos envolve uma aprendizagem que transcenda o encarceramento, pois vai além do pagamento da pena, buscando a compreensão dos conceitos de Química, por meio de abordagens lúdicas e experimentais.

Quadro 12.2 - Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Oliveira, Silva e Almeida (2019), com relação aos três eixos da Alfabetização Científica, de Sasseron (2015).

Eixos da Alfabetização Científica	IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA COM OS EIXOS DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA
<p>Eixo A – compreensão básica de termos e conceitos científicos.</p>	<p>Através dos relatos percebe-se que os estudantes associam bastante a Química somente a produtos industrializados, de alto risco ou a entorpecentes, o que leva a interpretar que os alunos não percebiam a Química como uma ciência. Quanto a isso, Faria e Reis (2016) ressaltam que uma grande parcela dos estudantes imagina que a Química é algo que acontece somente dentro dos laboratórios e nas indústrias, não conseguindo associar esta ciência a ações simples do dia-a-dia. As autoras complementam que, para quebrar essas concepções que os alunos carregam consigo, são necessárias metodologias que tragam algum significado para os educandos, ou melhor, que os levem a compreender os conceitos científicos e entender fenômenos que vivenciam no seu dia-a-dia (OLIVEIRA; SILVA; ALMEIDA, 2019, p. 125) .</p>
<p>Eixo B – a compreensão da natureza da Ciência e dos fatores que influenciam sua prática.</p>	<p>No decorrer da problematização do experimento, alguns estudantes abordaram semelhanças da prática com processos ocorrentes no cotidiano que eles viveram, tais como embalar o cacho da banana na folha da bananeira, ou colocá-lo em uma caixa de papelão fechada para a fruta amadurecer mais rápido, no entanto, ressaltaram que assim faziam por ensinamentos passados de geração para geração sem perceber a aplicação da Química no ato de isolar o eteno com a folha ou com a caixa de papelão. Com isso identificou-se que os alunos visualizaram a Química no dia-a-dia, algo que segundo os próprios estudantes era difícil, e assim foi possível entender a importância do estudo das funções orgânicas e da Química para a explicação de questões do senso comum (OLIVEIRA; SILVA; ALMEIDA, 2019, p. 132).</p>

<p>Eixo C – o entendimento das relações entre Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente.</p>	<p>Neste sentido, a primeira oficina procurou responder como ocorre a reorganização das moléculas durante a reação de formação do sabão e os impactos ambientais causados nesta produção, além ainda da reflexão acerca da reutilização de óleos de cozimento usados, que podem ser utilizados para a produção de sabão. E na oficina de amaciante sustentável foi apresentada uma maneira de produzir amaciante de roupas e tratado o tema ecologia. Silva (2014) ressalta que dentro do contexto do ensino de Química é de grande relevância temas sócio científicos pois deve-se ter a preocupação de formar alunos cidadãos que se preocupem com o que acontece ao seu redor e que possam ser agentes de mudanças daquilo que é prejudicial a todos (OLIVEIRA; SILVA; ALMEIDA, 2019, p. 132-133).</p>
--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

No nono artigo, os autores Moraes e dos Santos (2021) evidenciam os desafios do Ensino de Química na Educação Prisional e quais os desafios podem ser enfrentados para aproximar o conhecimento prévio dos reeducandos ao conhecimento científico. O trabalho propõe uma sequência didática para o ensino de ácidos e bases, em unidades prisionais, pautada na aproximação entre os dois saberes. De que forma? Avaliando a contribuição das sequências didáticas para a apropriação de conceitos, bem como analisando aspectos de densidade de vocabulário/informação e de conhecimento químico, em respostas de questionários preenchidos pelos reeducandos. Os resultados demonstram o domínio dos alunos da linguagem da Ciência, além da persistência de alguns conceitos prévios sobre ácidos e bases, expressos através do nível fenomenológico do conhecimento em Química nas respostas escritas. A partir de uma avaliação dessa sequência didática, os autores destacam a importância do Ensino de Química para a EJA e o público prisional para estabelecer um diálogo entre as diferentes modalidades.

Sendo o artigo apresentado brevemente, podemos agora destacar se e de que forma os conceitos da pedagogia freireana se manifestam no trabalho dos autores Moraes e dos Santos (2021), conforme o Quadro 13.1 apresentado a seguir. Neste artigo, mesmo não contemplando em sentido freireano as palavras “diálogo”, “problematização” e “transformação social”, o artigo contemplou de forma qualitativa e descritiva esses conceitos freireanos, por meio da sequência didática desenvolvida.

Quadro 13.1 - Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Moraes e dos Santos (2021) com relação aos conceitos da Pedagogia de Paulo Freire.

CONCEITOS DA PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE	IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA COM OS CONCEITOS FREIREANOS
DIÁLOGO	No intuito de conhecer um pouco mais sobre os estudantes, na primeira aula de intervenção realizamos um diálogo com a turma por meio de alguns questionamentos, que buscavam verificar os motivos que os levaram a se matricular, bem como sobre o que pensavam sobre a escola. No que concerne aos motivos que os levaram a se matricular, a remição foi unânime, seguida da resposta “para ocupar a mente” (MORAES; dos SANTOS, 2021, p. 98).
PROBLEMATIZAÇÃO	Por meio dos textos científicos “Sabão e detergente: conheça seus impactos ambientais”; “Surfactantes sintéticos e biossurfactantes: vantagens e desvantagens” e “Reciclagem de óleos residuais de fritura: Rotas para a reutilização” discutimos sobre o descarte no meio ambiente e a substituição de alguns produtos de uso cotidiano, listados pelos alunos no dia dois da intervenção, por outros mais baratos e menos nocivos ao meio ambiente (MORAES; dos SANTOS, 2021, p. 101).
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	A aplicação da SD possibilitou aos estudantes a apropriação da linguagem científica no que diz respeito os conceitos de ácidos e bases trabalhados em sala, o que foi constatado tanto pelo aumento da densidade léxica, como pelo emprego das dimensões teórica e representacional às respostas apresentadas no questionário final, quando comparadas àquelas do questionário preliminar (...) Os resultados animadores por nós obtidos nos sugerem que a aproximação constante entre os dois tipos de conhecimento, em se tratando da EJA e da educação prisional, apresenta grandes benefícios

	para o ensino e a aprendizagem em Química (MORAES; dos SANTOS, 2021, p. 111).
--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao analisar o trabalho de Moraes e dos Santos (2021), a presença da Alfabetização Científica no estudo realizado apontou e definiu a importância de discutir e aplicar sequências didáticas para o Ensino de Química na Educação Prisional, além de mostrar como as intervenções dos educadores influenciam a formação da cidadania dos reeducandos, conforme o Quadro 13.2, a seguir. Isto posto, a análise deste artigo demonstrou que os educadores se conscientizaram quanto à relevância de conhecer e colocar em prática o Plano Estadual de Educação nas Prisões; isto os levou a utilizar este tipo de documento para levar o conhecimento científico para dentro das escolas/celas.

Quadro 13.2 - Percepções da pesquisadora sobre o artigo de Moraes e dos Santos (2021) com relação aos três eixos da Alfabetização Científica, de Sasseron (2015).

Eixos da Alfabetização Científica	IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA COM OS EIXOS DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA
Eixo A – compreensão básica de termos e conceitos científicos.	A análise da densidade lexical das respostas escritas pelos alunos nos questionários nos permitiu perceber se houve avanço na aquisição da linguagem científica e, conseqüentemente, um afastamento da linguagem cotidiana, baseada na quantidade de palavras de conteúdo presentes em suas respostas e por meio do cálculo da densidade. Como um exemplo dessa análise, apresentamos a resposta dada pelo Estudante 02 a uma das questões propostas: “O açaí possui antocianina que pode ser usada como indicador de pH. Ela faz a mudança de coloração, indicando as soluções básicas e ácidas.” (MORAES; dos SANTOS, 2021, p. 102-103).
Eixo B – a compreensão da natureza da Ciência e dos fatores que influenciam sua prática.	A SD [Sequência Didática] elaborada e desenvolvida em sala de aula teve como base as três características principais apresentadas por Leach e Scott (2002): <ul style="list-style-type: none"> ♣ Encenação de uma história científica (...) ♣ Apoiando a internalização dos conceitos científicos pelos estudantes (...) ♣ A entrega da responsabilidade aos estudantes de por em prática os conceitos científicos internalizados:

	Propusemos atividades ao final do percurso que visavam dar oportunidade aos estudantes para organizarem os conceitos científicos que haviam internalizado ao longo da SD (MORAES; dos SANTOS, 2021, p. 100).
Eixo C – o entendimento das relações entre Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente.	Por meio dos textos científicos “Sabão e detergente: conheça seus impactos ambientais”; “Surfactantes sintéticos e biossurfactantes: vantagens e desvantagens” e “Reciclagem de óleos residuais de fritura: Rotas para a reutilização” discutimos sobre o descarte no meio ambiente e a substituição de alguns produtos de uso cotidiano, listados pelos alunos no dia dois da intervenção, por outros mais baratos e menos nocivos ao meio ambiente (MORAES; dos SANTOS, 2021, p. 101).

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao elencar a análise desses artigos, é possível constatar que todos eles foram de suma relevância e que o tema - Educação no Sistema Prisional -, apesar de já contar com importantes trabalhos no campo, deveria ser mais aprofundado por pesquisadores e educadores, e também pelos cursos de licenciatura, repensando a formação do educador/professor, tanto em nível de crescimento pessoal, como para elevar a quantidade de estudos nessa área tão importante para a vida dos reeducandos.

Constatou-se também que o Ensino de Ciências no contexto prisional é bastante presente, apesar das inúmeras dificuldades. A análise dos artigos indicou um consenso na necessidade de abordar o Ensino de Ciências na Educação Prisional. Além disso, os artigos defendem, de maneira geral, que esses temas devem ser trabalhados da forma mais prazerosa possível, pois contêm vários assuntos interessantes para os reeducandos, de modo que esses temas deveriam despertar a atenção deles para o seu aprendizado, pois são assuntos que fazem parte de seu cotidiano. Outro aspecto importante dos artigos, como destacado em de Medeiros Junior (2021), é a necessidade de trabalhar com alunos das licenciaturas em Ciências Naturais, promovendo discussões importantes sobre o papel transformador do educador/professor em sociedade, e também com as trajetórias dos direitos humanos e escolarização no sistema prisional.

Além disso, a grande maioria dos trabalhos ressalta a importância da ressocialização e da reintegração do reeducando na sociedade como um motor das práticas pedagógicas nas salas/celas de aula. A educação prisional é muito esquecida

no Brasil, a questão da formação de professores é latente na maioria dos trabalhos, de modo que a falta de qualificação para atuar com os reeducandos aparece na maioria dos estudos analisados. Os trabalhos demonstram, muitas vezes, falta de material didático e, contraditoriamente, falta de vontade política do Estado.

De maneira geral, poucos trabalhos usaram diretamente os conceitos de Freire (1987; 1992) e Shor e Freire (2000) para elaborar suas pesquisas e metodologias de ação nos sistemas prisionais de ensino. Entretanto, a maioria desses estudos contemplou qualitativamente essas abordagens, seja em processos investigativos, por meio de entrevistas, seja por meio da pesquisa-ação ou de sequências didáticas, ou até mesmo em trabalhos teóricos.

Neste sentido, ao desenvolver o presente estudo com base em Paulo Freire, espera-se que as reflexões não sejam limitadas a qualquer experimento por si só, e/ou à Biologia, por exemplo, e, sim, que envolvam questões éticas, políticas, econômicas e sociais. Portanto, esta pesquisa teve como objetivo suscitar reflexões e debates, tanto para os educadores, que lecionam na Educação Prisional, bem como para os futuros professores e os reeducandos; estes últimos constituem a causa maior desta pesquisa, visando-se, assim, pensar novos caminhos em favor de práticas que favoreçam a ressocialização e a reintegração social destes marginalizados pela sociedade. Logo, o Ensino de Ciências é considerado um fator essencial e importante, pois se correlaciona com a vida dos reeducandos, antes e depois da reclusão no sistema prisional, juntamente com as suas experiências de vida, que devem ser verdadeiramente consideradas como conhecimento. Acrescenta-se, ainda, que ensinar Ciências, a partir de uma perspectiva de Alfabetização Científica, requer ensinar as dimensões humanísticas e históricas do conhecimento científico e compreender sua epistemologia, conforme preconiza Harres (1999).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa procurou corroborar as reflexões propostas pela Educação Prisional e o Ensino de Ciências, como instrumentos para a ressocialização do reeducando, por meio da teoria e da prática pedagógica, ensejando o ressignificar do saber pedagógico preconizado por Paulo Freire. Assim, destacaram-se os objetivos propostos pela pesquisa: identificar e discutir ações e práticas pedagógicas fundamentais na perspectiva freireana; analisar como o Ensino de Ciências é um respaldo para que o reeducando se reconheça, por meio da Educação Prisional, como um sujeito biológico e social, despertando nele o sentimento de pertencimento e a compreensão do seu papel no mundo.

Visar ao aprendizado do reeducando, motivando-o, através de planos de aulas mais atualizados, com práticas que vão ao encontro dos seus anseios, assim desenvolvendo o processo educativo, de forma a aproveitar a experiência do reeducando, estimulando em cada um a criticidade e a sua transformação. Nas análises desenvolvidas, observou-se como os conceitos freireanos caminham juntos com a Alfabetização Científica e a importância desta relação, na formação crítica e autônoma dos reeducandos. A Alfabetização Científica se demonstrou também, com base nas pesquisas analisadas, uma importante abordagem de ação prática para se discutir a ciência dentro das unidades prisionais, fornecendo fundamentos para métodos variados de práticas de pesquisa, como a pesquisa-ação, sequência didática ou as Bancas da Ciência, por exemplo. Esta relação entre a Alfabetização Científica e a Pedagogia Libertadora de Freire também se relaciona diretamente com a necessidade apontada pela maioria dos estudos, aqui considerados, de incluir a temática da EJA prisional nos currículos dos cursos de formação de professores, visto que muitos dos docentes, que passam a atuar nas unidades prisionais, não têm contato com a prática docente dentro das prisões, durante a sua formação inicial.

Ainda se destaca que a metodologia aplicada, caracterizada pela pesquisa bibliográfica, permitirá - por meio dos trabalhos estudados - contribuir e oportunizar novas perspectivas sobre a compreensão e a importância da EJA e do Ensino de Ciências na Educação Prisional, sob a visão da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire. Ademais, buscou-se igualmente evidenciar a importância das atividades do Ensino de Ciências, objetivando ampliar a compreensão do sujeito/reeducando

sobre o porquê do ressocializar-se e reintegrar-se à sociedade pelo trabalho e, assim, desenvolver a vontade do retorno à sociedade.

Neste contexto, ao estudar/interpretar Freire (1987), observou-se que os objetivos e interesses sociais, educacionais, políticos e econômicos devem instigar o desejo de mudanças profundas, contínuas e autênticas, para que possam representar a ressignificação do conhecimento que Paulo Freire tanto apontava. Freire (1997) destaca que a educação não é independente dos interesses que compõem a nossa vida e que não existe sociedade neutra.

Assim, ao dialogar sobre as relações entre a aplicabilidade da EJA (educação aplicada no sistema prisional) e a transformação do sujeito - por meio da dimensão instrumental, da leitura do mundo, da compreensão do respeito à diversidade e do entendimento dos seus direitos e deveres - almeja-se que os reeducandos se preparem para o retorno à vida em sociedade e para continuar a interpretar e a escrever a própria história.

Outrossim, a dimensão desta pesquisa aponta que urgem transformações na Educação Prisional para levar aos reeducandos as atualizações tecnológicas, as práticas reflexivas e a possibilidade de criticidade, itens capazes de estimular o sentimento de pertencimento e de propiciar o debate relacionado ao lugar de onde vieram e para onde vão, levando-os a esperar por dias melhores e prepará-los para uma nova realidade. Assim, o desenvolvimento, as atualizações tecnológicas, cursos de atualização e de extensão para os educadores têm que ser um dever do poder público, não somente explicitado nas leis e depois não cumprido na prática, pois eles fornecerão o embasamento para um trabalho criterioso.

Dessa forma, os trabalhos pesquisados apontaram que a formação do educador está inteiramente relacionada com a qualidade do ensino e aprendizagem do reeducando, logo, esta pesquisa cientificou/estabeleceu a importância da formação do educador e a sua qualificação para ensinar, neste ambiente e em todos os aspectos estruturais, rotinas e experiências de vida na prisão e após o cumprimento da pena, para além dos muros das penitenciárias. Essa busca constante pela melhoria da Educação Prisional afeta os reeducandos de modo positivo, pois oportuniza o retorno deles ao trabalho, causando impactos significativos e reintegradores no contexto social.

Por conseguinte, as lacunas ainda existentes na Educação Prisional e no Ensino de Ciências são importantes eixos de intervenção política e social, pois colaboram para o desenvolvimento de habilidades úteis, que ajudarão o reeducando na compreensão de mundo, possibilitando-lhe reflexões, na vida profissional, na pessoal e na social. Um dos princípios mais importantes na Educação Prisional e no Ensino de Ciências consiste nas lições aprendidas, usando o engajamento, a fim de que sejam criados ambientes/situações que ensejem discussões que envolvam o processo de aprendizagem.

Conjuntamente, mostra-se a importância da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, significando progresso educativo e prático para a preparação do reeducando para o seu retorno à sociedade. Dessa maneira, os processos de construção curricular e de elaboração de projetos das práticas educativas para o Ensino de Ciências, além de atenderem às necessidades do reeducando, também demonstram a necessidade de fortalecer os profissionais da educação, pois é nesta prática que se dá o entendimento da realidade que os cerca.

Há histórias a construir e elas precisam ser priorizadas; assim, quanto mais apoio e recursos destinados à educação, maiores as possibilidades da implementação efetiva e da elaboração de um currículo mais próximo das histórias de vida dos reeducandos. Isto posto, é fundamental a reflexão, pois é nesta dimensão instrumental que se entende a educação como algo vivo.

Neste contexto, a implementação do currículo para a Educação Prisional é mais do que apenas criar políticas e/ou medidas governamentais; é preciso mudar e discutir os princípios e premissas entre a teoria e a prática, envolvendo o Ensino de Ciências, dentro da Educação Prisional. Tais discussões ganham repercussão, diante da percepção de que as atividades educativas no sistema prisional são extremamente significativas, já que os reeducandos acreditam na educação como ferramenta considerável de reintegração à sociedade.

À vista disso, através da humanização dos reeducandos, seus valores e autoestima poderão ser resgatados e/ou criados, sendo que este processo de transformação pessoal deve ser encarado como libertador para a vida, e isso deve acontecer em todo o processo educativo e envolver múltiplas áreas da Educação Prisional. Com o intuito de colaborar nesse processo, os trabalhos apontaram que é preciso investir em formação continuada, cursos de extensão,

conhecimento/instrução/comportamento, centrados no professor dedicado à reflexão/transformação, em que possa embasar sua prática pedagógica. A formação dos educadores certamente afeta a implementação de forma conclusiva e eficaz para proposta da EJA; portanto, é necessário levar em conta o surgimento do trabalho de desenvolvimento curricular dentro das penitenciárias.

As reflexões propostas e os resultados obtidos pela pesquisa sobre as questões de conteúdo a serem abordados assumem uma dimensão única, dada a importância do trabalho do educador da Educação Prisional, a partir das histórias de vida, interesses e desenvolvimento dos conhecimentos que os reeducandos trazem para a sala de aula. Nesta perspectiva, o currículo do Ensino de Ciências deve ser construído diariamente, pelas trocas entre o educador e o reeducando, assim, revisitando os fundamentos historicamente construídos do saber e da formação do educador. Nesse contexto, o diálogo é a fonte de tomada de decisão e planejamento na EJA, portanto, estimular a autonomia do reeducando é fortalecer a Educação Prisional, como ferramenta de transformação do sujeito e o seu retorno à comunidade a que ele pertence, pois é nesta troca com o outro que se constrói o socializar, já que é justamente nas práticas e nas teorias que os reeducandos compreendem o seu papel/lugar no mundo.

Além disso, alguns autores elaboraram e construíram experiências únicas na educação prisional. Por meio das obras analisadas, novos fazeres no sistema prisional ficaram perceptíveis, como aconteceu com Lourenço e Barros (2015), que levaram o cinema para a cela/aula. Este proporcionou aos reeducandos um grande diferencial, pois eles transcenderam as discussões propostas e criaram diálogos transformadores ao enxergarem novas possibilidades para suas vivências.

Entretanto, também é pertinente salientar que existe certa falta de solidariedade em relação aos reeducandos, fato que se evidenciou pelos investimentos insuficientes na formação dos professores, pela ausência de materiais didáticos, pelo e cuidados socioemocionais em segundo plano e pela escassez de vagas para a maioria dos reeducandos nos bancos escolares. Destarte, a educação prisional, a Pedagogia de Paulo Freire e o Ensino de Ciências não esgotam este estudo. Sabe-se que construir uma educação prisional de fato não é algo simplista, apenas se discutiu aqui os empecilhos e algumas possibilidades.

O estudo apoiou-se em Paulo Freire, porque foi identificada a existência de grande opressão, neste sistema, e verificou-se que Freire, ao longo de suas obras, discutiu e pensou caminhos para a superação dessas opressões. Para além disso, Freire (1987) propôs reflexões sobre a EJA (Educação de Jovens e Adultos), as quais são utilizadas no sistema prisional como norteador básico. Freire (1996) trouxe, igualmente, reflexões sobre o sentido de uma educação autônoma e relacionada com as experiências de vida dos educandos/reeducandos. E, ainda, propôs um pensamento sobre o oprimido, a fim de auxiliá-lo a mudar o ônus que o estigmatiza.

Por fim, acredita-se que esta pesquisa fornece evidências de que as experiências extremamente elaboradas e refletidas de alguns educadores - aqui destacados - possam contribuir e estimular outros educadores/pesquisadores, para que ampliem e aprofundem os estudos neste campo. Desvincular-se da opressão e possibilitar novos viveres é, sem dúvida, uma prática educacional transformadora.

6. REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALVES, D. L. A educação no sistema penitenciário. **Revista Farol**, Rolim de Moura, RO, v. 6, n. 6, p. 5-10, jan. 2018.
- ALVES, A. K. P. **Educação Formal em Espaços prisionais**: dispositivos legais nacionais e alagoanos. 2020. 22 f. Monografia (Especialização) - Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.
- ALBERGARIA, J. **Das penas e da execução penal**. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.
- BARROS, J. D. S.; LOURENÇO, F. H. S. M. Educação de Jovens e Adultos em sistemas prisionais: o uso de filmes como estratégia metodológica para o Ensino de Biologia. In: Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências, 1. **Anais I CONAPESC**. 2016. Disponível em <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conapesc/2016/TRABALHO_EV058_MD1_SA93_ID377_22042016223431.pdf>. Acesso em: 14 de julho de 2022.
- BERNARDO, K. F.; BORGES, A. E. de A; ARAÚJO, K. S. X. A crise nos presídios brasileiros: contextualizando a educação carcerária. **Research, Society And Development**, [S.L.], v. 10, n. 3, p. 1-9, 8 mar. 2021.
- BESSIL, M. H; MERLO, A. R C. A Prática Docente de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 2, p. 285-293, 2017.
- BISPO, D. S. **Inovação social na polícia militar de Rondônia: Projeto social guarda mirim**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração), Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, 2018.
- BITENCOURT, C. R. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- BRASIL. **Lei de Execução Penal**. Palácio do Planalto. 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso em: 30 out. 2020.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.
- _____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. CNPCP. Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994. **Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil**. Brasília, 1994. Disponível em: <<http://www.crpasp.org.br/interjustica/pdfs/regras-minimas-para-tratamento-dos-presos-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2020.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Palácio do Planalto. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 30 out. 2020.

_____. MEC. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 19 de maio de 2010. **Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos, em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14906>. Acesso em: 30 out. 2020.

_____. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 30 out. 2020.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Palácio do Planalto. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 30 out. 2020.

CAMPOS, A.; ROSA, C. S. Rodas de conversas em prisões. **Revista Temas em Educação**. João Pessoa, Brasil, v. 29, n.2, p. 249-267, maio/jul., 2020.

DAMÁZIO, D. S. **O sistema prisional no Brasil: problemas e desafios para o problema social**. 2010. 91 f. TCC (Graduação) - Curso de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

de MEDEIROS JR., L. G. Trabalhando com Experimentos de Física e Ciências numa Escola Prisional no Brasil. **Revista APEDUC Journal**, Investigação e Práticas em Educação em Ciências, Matemática e Tecnologias. 2021, p. 60-74.

DEPEN - DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Modelo de Gestão para a Política Prisional**. Brasília, 2008.

DULLIUS, R. **A emergência do aluno-trabalhador no Brasil no contexto Proeja: a emergência do aluno-trabalhador no Brasil no contexto Proeja**. (Tese de Doutorado em Educação), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 37. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 184, 1987.

_____, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 235 p. Paz e Terra.

_____, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 39. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____, P. **Política e Educação: ensaios**. 7. ed. V.23. São Paulo: Cortez, 2003.

GALUCIO, J. A.. Os impactos da Assistência Religiosa no Processo de Ressocialização dos presos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA FACULDADES EST, 1., 2012, São Leopoldo. **Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST**. São Leopoldo: Est, 2012. p. 1219-1238 Disponível em: <<http://anais.est.edu.br/index.php/congresso/article/download/124/87>>. Acesso em: 15 set 2020.

HARRES, J. B. **Uma revisão de pesquisas nas concepções de professores sobre a natureza da Ciência**. Porto Alegre: PUCRS, Tese (Doutorado em Educação). Faculdade Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.

IRION, A. **Presídio Central: um recorde para não comemorar**. Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 2 jun. 2006. Reportagem Especial. 4 p.

LEITE, A. V *et al.* As dificuldades encontradas pela educadora de ciências no ensino de jovens e adultos (EJA) no sistema prisional de Parnaíba - PI. In: Congresso Nacional de Educação, 3. **Anais III CONEDU**, Campina Grande: Realize Editora, 2016.

LIMA, E. C. B. **A ressocialização dos presos através da educação profissional**. 2010. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5822/A-ressocializacao-dos-presosatraves-da-educacao-profissional>. Acesso em 02 ago.2021.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

LOURENÇO, F. H. S. M.; BARROS, J. D. S. Biologia no cinema: a utilização didática de filmes no ensino de biologia na educação de jovens e adultos do sistema prisional de Cajazeiras – PB. In: Congresso Nacional de Educação, 3. **Anais II CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2015.

LOURENÇO, F. H. S. M.; BARROS, J. D. S. Margaret Mee e a Flor da Lua: compreendendo a botânica, por meio do uso de documentários no Ensino de Biologia, na EJA prisional de Cajazeiras-PB. In: Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências, 1. **Anais I CONAPESC**. 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conapesc/2016/TRABALHO_EV058_MD1_SA93_ID305_27042016084155.pdf>. Acesso em: 16 de julho de 2022.

LORENZON, M.; BARCELLOS, G. B.; SILVA, J. S. da. Alfabetização Científica e Pedagogia Libertadora de Paulo Freire: Articulações Possíveis: a produção subjetiva e social da realidade: impactos nos processos de ensino. **Signos**: Belo Horizonte, v. 01, n. 36, p. 75-85, 2015.

LUCENA, H. H. R. ...**“É o seguinte, na prisão a gente aprende coisa boa e coisa ruim!”**: Interfaces das aprendizagens biográficas (re)construídas na prisão e os desafios e dilemas pós-prisionais enfrentados por egressas e reincidentes do sistema penitenciário paraibano. 2014. 325 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal da Paraíba Centro de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação Doutorado em Educação. João Pessoa, 2014.

MELLO, F. M.; ALVES, A. E. S. A educação nas prisões como técnica de controle do carcerário: algumas considerações. In: SANTOS, A. R.; OLIVEIRA, J. M. S.; COELHO, L. A., (orgs). **Educação e sua diversidade** [on-line]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017, pp. 145-156. Movimentos sociais e educação, vol. 3.

MELO, S. P.; SOUSA, A. S.; CONTENTE, A. C. P. O ensino de Ciências na Educação de Jovens e Adultos: uma abordagem CTS como prática educativa no

espaço prisional. In: X ENPEC – Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 10. **Anais X ENPEC**, 2015.

MORAES, J. J.; dos SANTOS, B. F. Ensinando Química em uma escola prisional, por meio de uma sequência didática sobre ácidos e bases. **Revista Saberes: Ciências Biológicas, Exatas e Humanas**, v. 1, n. 1, p. 95-112, 2021.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 2000.

OLIVEIRA, D. C. B.; SILVA, L. O.; ALMEIDA, S. M. Ensino de Química para Privados de Liberdade: possibilidade e desafios da (re)educação de alunos de um centro de recuperação do Estado do Pará. **Revista Aleph**, n. 32, p. 117-137, 2019.

ONOFRE, E. M. C. Educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade. **Cad. Cedes**, Campinas: n. 35, p. 239-255, 2015.

PERALES, F. C. Los trabajos prácticos y la didáctica de las ciencias. **Enseñanza de las Ciencias**. v.12, n. 1, pp. 122-125, 1994.

PEREIRA, A. A educação de jovens e adultos no sistema prisional brasileiro: o que dizem os planos estaduais de educação em prisões. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 11, n. 24, p. 245-252, 2018.

PIRES, M., MOYA, I. **O Massacre do Carandiru e suas versões**. 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/massacre-do-carandiru/> Acesso em: 08 set. 2021.

SANTOS, B. S.. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 46-71, ago. 1988.

SASSERON, L. H.; CARVALHO, A. M. P. Alfabetização Científica: uma revisão bibliográfica. **Investigações em Ensino de Ciências**. São Paulo, v. 16, n. 01, p. 59-77, 2011.

SASSERON, L. H. Alfabetização Científica, Ensino por Investigação e Argumentação: relações entre ciências da natureza e escola. **Ensaio**, Belo Horizonte, v. 17, p. 49-67, nov. 2015.

SHIKIDA, P. F. A; BROGLIATTO, S. R. M. O trabalho atrás das grades: um estudo de caso na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu – PEF (PR). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR**. Taubaté, SP, Brasil, v. 4, n. 1, p. 128-154, 2008.

SILVA, R.; MOREIRA, F. A.; OLIVEIRA, C. B. F. Ciências, trabalho e educação no sistema penitenciário brasileiro. **Cadernos Cedes**, v. 36, n. 98, p. 9-24, abr. 2016.

SHOR, I., FREIRE, P. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 224, 2000.

SOUZA, L. S. de. **Educação formal no sistema prisional feminino no estado do Rio de Janeiro**. (Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Pedagogia) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, p.44, 2019.

TEIXEIRA, J. C. **País tem superlotação e falta de controle dos presídios**. 2019. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/01/24/pais-tem-superlotacao-e-falta-de-controle-dos-presidios>. Acesso em: 19 set. 2020.

TRAVAIOLI, D. A; CARRIEL, R. D. **As Unidades de Trabalho e a Ressocialização Dentro de um Sistema Prisional**. Campanha Nacional de Escolas da Comunidade Faculdade Cenecista de Capivari, FACECAP. Capivari, 2011.

VERSOLATO, M. S.; ALVES, A. P. M.; IZIDORO, E. Ciência na prisão: educação não formal e a formação inicial docente no contexto prisional. **Dialogia**, São Paulo, n. 34, p.122-138, 2020.